

2000
SRL

PROJETOS S/C LTDA.

Avaliação de Seta Pública no
Estado de São Paulo
Presença e Análise do Estado

I

AVALIAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPITULO I
PRESENÇA E FUNÇÕES DO ESTADO

	INTRODUÇÃO	02
	ESTRUTURA DO SETOR PÚBLICO NO RS	10
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RS	14
	FINANÇAS PÚBLICAS: COMENTÁRIOS	15
A	PRESENÇA DO ESTADO: INDICADORES SOBRE O PIB	25
	INDICADORES SOBRE O PIB: COMENTÁRIOS	26
B	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RS	34
	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RS: COMENTÁRIOS	35
C	BALANÇO DO ESTADO	41
C.1	BALANÇO DO ESTADO - COMENTÁRIOS SOBRE AS TAXAS DE ORÇAMENTO EM COMPARAÇÃO AO PIB ESTADUAL	43
C.2	BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	43
D	DESPESAS DE PESSOAL	57
D.1	DESPESAS DE PESSOAL: COMENTÁRIOS	58
E	RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RS	63
E.1	RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RS	63
E.2	QUANTO AS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO	64
E.3	QUANTO AS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO	64

CAPITULO I - PRESENÇA E FUNÇÕES DO ESTADO

SUMARIO

	No. de Página	
1	INTRODUÇÃO	08
2	ESTRUTURA DO SETOR PUBLICO NO RGS	10
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA NO RGS	14
3.1	FINANÇAS PUBLICAS: COMENTÁRIOS	15
4	PRESENÇA DO ESTADO: INDICADORES SOBRE O PIB	25
4.1	INDICADORES SOBRE O PIB: COMENTÁRIOS	26
5	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA DO RGS	34
5.1	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RGS: COMENTÁRIOS	35
6	BALANÇO DO ESTADO	42
6.1	BALANÇO DO ESTADO: COMENTARIOS SOBRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO EM COMPARAÇÃO AO PIB ESTADUAL	43
6.2	BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO S	43
7	DESPESAS DE PESSOAL	57
7.1	PESSOAL: COMENTÁRIOS	58
8	RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA NO RGS	68
8.1	RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA NO RGS	69
8.2	QUANTO AS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO	69
8.3	QUANTO AS FUNÇÕES DE FOMENTO E SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	70

B.4	QUANTO AS FUNÇÕES DE PROMOÇÃO DO TURISMO E CULTURA NO RS	70
B.5	QUANTO AS FUNÇÕES SOCIAIS	70
B.6	QUANTO AS FUNÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	71

ANEXOS

1	ORGANOGRAMA ATUAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	82
2	BANCO DE DADOS (TABELA DOS DADOS UTILIZADOS NA ANÁLISE)	85
3	EXERCÍCIO DE PROJEÇÃO - DEMOGRÁFICO	89
4	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO RS	91
5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO - SUBESTADOS	93
6	GRÁFICO DE DEPENDÊNCIA FISCAL DO RS	94
7	GRÁFICO DE DEPENDÊNCIA FISCAL - IMPACTIVO	94
8	ENDÓGENO DO PIB DO RS - PIB PARAL	97
9	RECEITA E DESPESA COM INVESTIMENTOS DO RS - 1974	98
10	DEFICIT DE TRIBUTOS DO RS	99
11	EVOLUÇÃO DA RECEITA RECEBÍVEL	100
12	RECEITA TRIBUTÁRIA COM PROPORÇÃO DO PIB DO RS	101
13	ENDÓGENO TOTAL DO RS	102
14	INVESTIMENTO FISCAL	103
15	SALDO DO ESTADO	104
16	RECEITA E DESPESA TOTAL DE RECURSOS DO RS - 1974	105
17	EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA FISCAL 1974-1982	106
18	DEFICIT CORRENTE E DE CAPITAL	107
19	DEFICIT COMO PORCENTAGEM DA RECEITA TOTAL	108
20	SALDO DO ESTADO - TAXA DE CRESCIMENTO REGRADA	109
21	RECEITA	110
22	SALDO DO ESTADO - TAXA DE CRESCIMENTO REGRADA	111
23	DESENVOLVIMENTO	112

APÊNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. INDICADORES DE FINANÇAS PÚBLICAS	16
2. POUPANÇA PRÓPRIA CORRENTE DO RGS	17
3. POUPANÇA PRÓPRIA CORRENTE - COMPARATIVO	18
4. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO NO RGS	19
5. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO - COMPARATIVO	20
6. ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO NO RGS	21
7. ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO - COMPARATIVO	22
8. GRAU DE DEPENDÊNCIA FEDERAL DO RGS	23
9. GRAU DE DEPENDÊNCIA FEDERAL - COMPARATIVO	24
10. EVOLUÇÃO DO PIB RGS X PIB BRASIL	27
11. RECEITA E DESPESA COMO PROPORÇÕES DO PIB - RGS	28
12. DEFICIT EM TERMOS DO PIB	29
13. EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	30
13a. A RECEITA TRIBUTÁRIA COMO PROPORÇÃO DO PIB NO RGS	31
14. ENDIVIDAMENTO TOTAL DO RGS	32
15. INVESTIMENTO NO RGS	33
16. BALANÇO DO ESTADO	37
17. RECEITA E DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO NO RGS	38
18. EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESAS - PERÍODO 1970-1987	39
19. DEFICIT CORRENTE E DE CAPITAL	40
20. DEFICIT COMO PROPORÇÃO DA RECEITA TOTAL	41
21. BALANÇO DO ESTADO - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL (%)	
- RECEITA	48
22. BALANÇO DO ESTADO - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL (%)	
- DESPESAS	49

23. EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA TOTAL - PERÍODO 1982-1987	50
24. EVOLUÇÃO DO DÉFICIT EM TERMOS DE RECEITA TOTAL	51
25. EVOLUÇÃO DO RESULTADO: CONCEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	52
26. EVOLUÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES: CONCEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	53
27. EVOLUÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO: CONCEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	54
28. ENCARGOS DA DÍVIDA SOBRE DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55
29. SERVIÇO DA DÍVIDA SOBRE DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	56
30. COMPOSIÇÃO DOS GASTOS DE PESSOAL - 1986	59
31. COMPARATIVO: ENCARGOS DO TESOURO.PESSOAL X ICM LÍQUIDO	60
32. COMPARATIVO: DESPESA TOTAL X DESPESA COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	61
33. COMPARATIVO: DESPESA COM PESSOAL X DESPESA COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	62
34. PESSOAL - QUANTIDADE	63
35. TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIA DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	64
36. PESSOAL: INATIVOS E PENSIONISTAS EM RELAÇÃO À ARRECADADAÇÃO LÍQUIDA DE ICM	65
37. EVOLUÇÃO DE DISPÊNDIO MÉDIO COM PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	66
38. EVOLUÇÃO DE DISPÊNDIOS COM PESSOAL	

39. ORGANOGRAMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTRUTURA BÁSICA	72
40. GABINETE - SITUAÇÃO ATUAL	73
41. GABINETE - PROPOSTA	74
42. CONSELHOS - SITUAÇÃO ATUAL	75
43. SECRETARIAS DE ESTADO - SITUAÇÃO ATUAL	76
44. SECRETARIAS DE ESTADO - PROPOSTA	77
45. SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	78
46. SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	79
47. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	80
48. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL	83
49. ESTRUTURA ATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL	84
50. INDICADORES DE FINANÇAS PÚBLICAS	86
51. EVOLUÇÃO DO PIB REGIONAL, RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA, DESPESA TOTAL E DEFICIT PÚBLICO - 1970/87 EM VALORES NOMINAIS	87
52. EVOLUÇÃO DO PIB REGIONAL, RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA, DESPESA TOTAL E DEFICIT PÚBLICO - 1970/87 EM VALORES CONSTANTES	88
53. EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA POR ITENS	89
54. BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 1 - 1982/87 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA (CS\$)	90
55. BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 2 - 1982/87 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA (CZ\$)	91
56. BALANÇO DO ESTADO - COMPOSIÇÃO RECEITA DESPESA CORRENTE 1982/87 (%)	92

57. BALANÇO DO ESTADO - COMPOSIÇÃO RECEITA DESPESA OPER.CRED. 1982/87 (%)	93
58. BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 1 (%)	94
59. BALANÇO DO ESTADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 2 (%)	95
60. QUADRO RESUMO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (CZ\$)	96
61. INDICADORES - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (%)	97
62. PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (%)	98
63. EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES 1970/86 (CZ\$)	99
64. EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES 1970/86 (%)	100
65. QUANTIDADE DE SERVIDORES CIVIS, ATIVOS E INATIVOS 1976/86	101
66. DISPENDIO MEDIO REAL DE ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS (CZ\$)	102

Nesta primeira etapa do trabalho procurou-se delinear os contornos mais amplos da presença e das funções do setor público no RS, a partir de dois principais enfoques, organizacional e econômico-financeiro.

A análise econômico-financeira restringe-se ao denominado "setor governamental" que representa a Administração Direta, Fundações e Autarquias, deixando de lado, por ora, as Empresas Estatais que serão objeto de análise no Capítulo 4. Cabe ressaltar que a participação dos investimentos e do serviço de dívida das estatais, no conjunto do Setor Público, é muito significativa e portanto a análise destes itens apenas no setor governamental é parcial e deve ser complementada.

Destaca-se na análise da estrutura organizacional a avaliação das funções desempenhadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, identificando funções não pertinentes ao Estado, possibilidades de integração funcional e recomendações de reestruturação da administração pública.

Quanto à análise econômico-financeira ressaltamos, neste capítulo:

- A avaliação comparativa inter-estadual de indicadores de finanças públicas.
- A análise de indicadores da presença do Estado na economia regional.
- A análise de situação orçamentária da Administração Direta pelo conceito contábil (Balanco do estado), Corrente e de Capital e na forma de Demonstração de Resultado (Custeio, Dívida, Investimentos).
- A análise das Despesas de Pessoal, ativo e não ativo, do Setor Governamental.

A análise econômico-financeira detalhada faz parte dos seguintes Capítulos:

- Capítulo 2 - Sistema Financeiro Estadual
- Capítulo 3 - Sistema Tributário Estadual
- Capítulo 5 - Pessoal (Adm. Direta)

As recomendações do Diagnóstico do Setor Público do RGS foram reunidas no Capítulo 6 - Sumário das Recomendações.

PODER EXECUTIVO

Deputado Governador

Secretarias

Procuradoria geral de justiça

Procuradoria geral do estado

Estados representados

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

PODER JUDICIARIO

Tribunal de contas

Tribunal de justiça

Tribunal estadual

Tribunal de juiz e julgado

Juzado de menores

ADM. INDIRETA

Autarquias

Fundações

SETOR EMPRESARIAL

Sociedades de Economia Mista
e Empresas Públicas

ESTRUTURA DO SETOR PÚBLICO:

PODER EXECUTIVO

Gabinete governador

Secretarias

Procuradoria geral de justiça

Procuradoria geral do estado

Escritórios representação

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

PODER JUDICIARIO

Tribunal de contas

Tribunal da justiça

Tribunal alçada

Tribunal do juri e juizado

Juizado de menores

ADM. INDIRETA

Autarquias

Fundações

SETOR EMPRESARIAL

Sociedades de Economia Mista
e Empregos Públicas

A
D
M
N
I
S
T
R
A
Ç
Ã
O

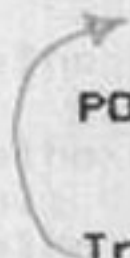
D
I
R
E
T
A

S
E
T
O
R

G
O
V
E
R
N
A
M
E
N
T
A
L

S
E
T
O
R

P
O
B
L
I
C
O



a) Estrutura Organizacional da Administração Pública no RGS

A estrutura da Administração Pública no Rio Grande do Sul pode ser subdividida em 3 grupos de entidades:

- Gabinete do Governador;
- Conselho do Governo; e
- 13 Secretarias de "linha".

Ao Gabinete do Governador vinculam-se:

- Gabinete do Vice-Governador;
- Casa Civil;
- Casa Militar;
- Procuradoria Geral do Estado;
- Procuradoria Geral da Justiça;
- Secretaria Especial do Governo;
- Secretaria para Assuntos Internacionais; e
- Secretaria de Coordenação e Planejamento e uma fundação a ela vinculada, a FEE - Fundação de Economia e Estatística.

O Conselho do Governo compõe-se dos seguintes órgãos:

- Conselho Estadual de Promoção do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul;
- Conselho Estadual da Política Social; e
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

As 13 Secretarias de "linha" e suas entidades vinculadas são:

- Secretaria da Fazenda, onde destacam-se:

- . Junta de Coordenação Financeira (JCF), responsável pelo gerenciamento financeiro dos recursos disponíveis, rolagem da dívida da Administração Direta e concessão de aval do Tesouro em novas operações de crédito, tanto da Administração Direta como da Administração Indireta. No gerenciamento financeiro e na rolagem da dívida a JCF utiliza-se da mesa de open do BANRISUL (recursos das estatais) e da DIVERGS, através do Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos Estaduais;
- . Gabinete de Orçamentos e Finanças (GOF), responsável pelos orçamentos das Estatais e da Adm. Direta.
- . Superintendência da Administração Tributária (SAT), responsável pela Administração Tributária, com exceção da arrecadação e da cobrança do débito que no Rio Grande do Sul estão vinculadas à SAF;
- . Superintendência da Administração Financeira (SAF), cujas atividades gerenciais estão concentradas na JCF; e
- . Superintendência Administrativa (SUPAD), cuja principal atividade é o pagamento de pessoal através do Departamento de Pagamento de Pessoal (DFP).

- d) Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, a qual se vinculam 3 grandes estatais gaúchas, a CEEE, a CRT e a CRM.
- e) Secretaria de Transportes e sua estrutura autárquica composta do DAER, DEPREC, e DAE, além da CINTEA que é uma empresa intermunicipal.
- f) Secretaria de Educação que com suas fundações vinculadas, Escola Técnica, Atendimento ao Excepcional, IGTF, OSFA, TVE e Teatro São Pedro, abrange também a função Cultura.
- g) Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, que se compõe de uma empresa de habitação (COHAB) e 3 fundações de caráter social (FEBEM, FGT e FUNDASUL).
- h) Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas composta da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), que está em fase de liquidação, CORSAN que atua em saneamento básico com exceções importantes como Porto Alegre, Pelotas e Caxias, e a METROPLAN que cuida da política de ocupação do solo na região metropolitana de Porto Alegre.
- i) Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa e suas vinculações com uma autarquia (IPERGS - Previdência), uma fundação para desenvolvimento dos recursos humanos (FDRH) e uma empresa de artes gráficas (CORAG).
- j) Secretaria de Ciência e Tecnologia e suas fundações (FAPERGS e CIENTEC).
- k) Secretaria da Justiça.
- l) Secretaria de Segurança.
- m) Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

3.1 FINANÇAS PÚBLICAS: COMENTÁRIOS

A partir de 1974 o Estado perdeu sua capacidade de poupança própria. Situação que veio se agravando até 1985, quando o déficit corrente atingiu 50% da despesa corrente, excluída a participação dos municípios. Em 1986 este indicador apresenta uma relativa melhora, porém permanece negativo e bastante inferior aos demais Estados.

A contribuição do Governo Federal, através de suas transferências, permitiu a manutenção de uma capacidade de investimento pequena, porém positiva, até 1981. (de 1975 a 1981 entre 1% e 10% da despesa corrente, excluída a participação dos municípios). A partir deste ano a situação se deteriorou, até 1985, com ligeira melhora em 1986, embora as transferências federais tenham aumentado significativamente em relação às receitas do Estado. (14% em 1983, 21% em 1985).

Não dispondo de recursos para investimento, dada a fraca capacidade de poupança própria e o crescente grau de dependência do Governo Federal, o Estado passou a se endividar, financiando suas necessidades através de operações de crédito (entre 20% e 40% da receita própria de 1974 e 1986).

As Ilustrações de 1 a 9 a seguir, referem-se aos tópicos abordados neste item.

INDICADORES DE FINANÇAS PÚBLICAS

$$\bullet \text{ POUPANÇA PRÓPRIA CORRENTE} = \frac{\text{RECEITA PRÓPRIA CORRENTE}}{\text{DESPEAS CORRENTES} - (0,2 \text{ ICM})} - 1$$

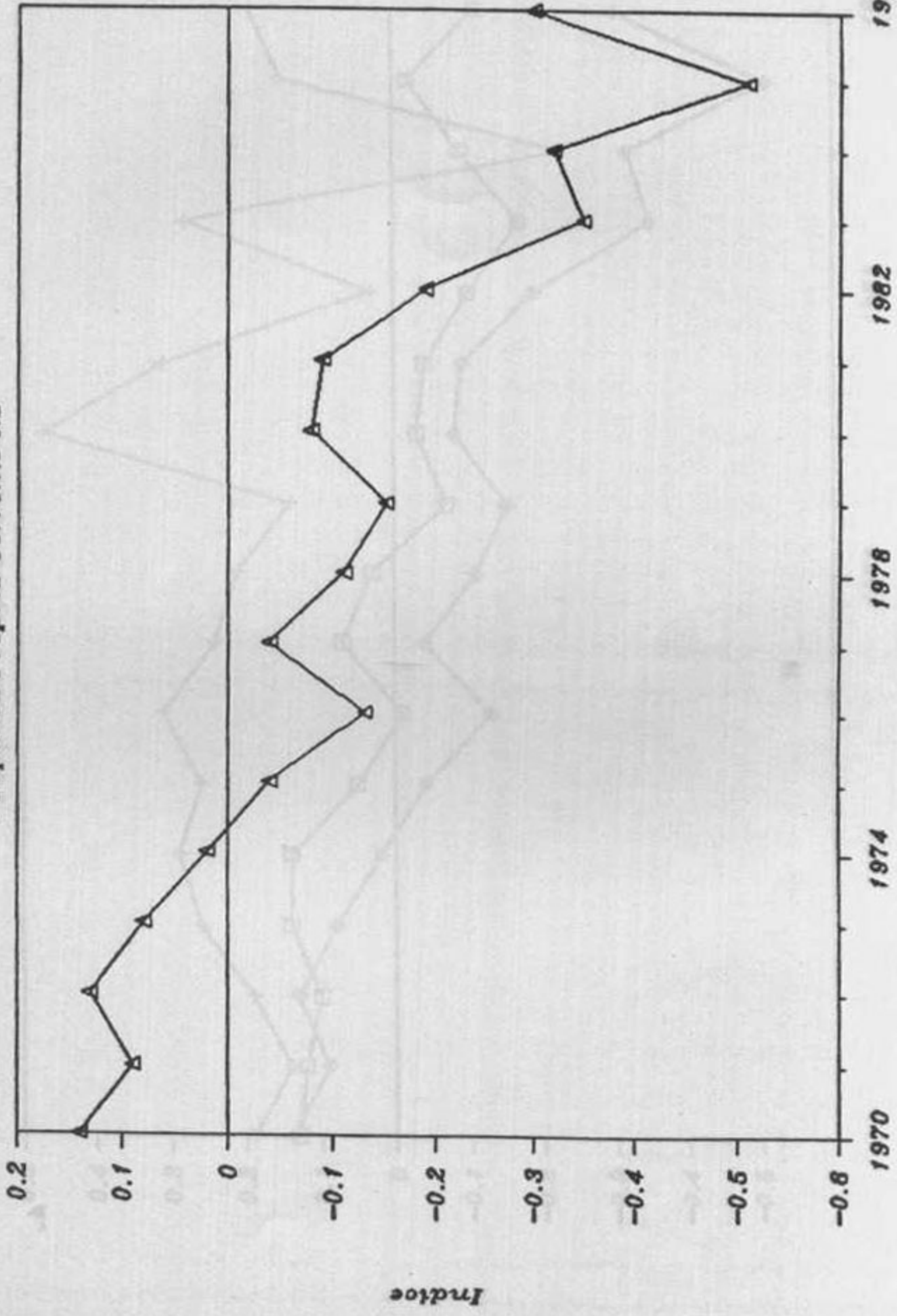
$$\bullet \text{ CAPACIDADE DE INVESTIMENTO} = \frac{\text{RECEITA PRÓPRIA CORRENTE} + \text{TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS}}{\text{DESPEAS CORRENTES} - (0,2 \text{ ICM})} - 1$$

$$\bullet \text{ ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO} = \frac{\text{OPERAÇÕES DE CRÉDITO}}{\text{RECEITA PRÓPRIA CORRENTE}}$$

$$\bullet \text{ GRAU DE DEPENDÊNCIA FEDERAL} = \frac{\text{TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS}}{\text{RECEITA PRÓPRIA CORRENTE}}$$

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Poupanca Propria Corrente RS

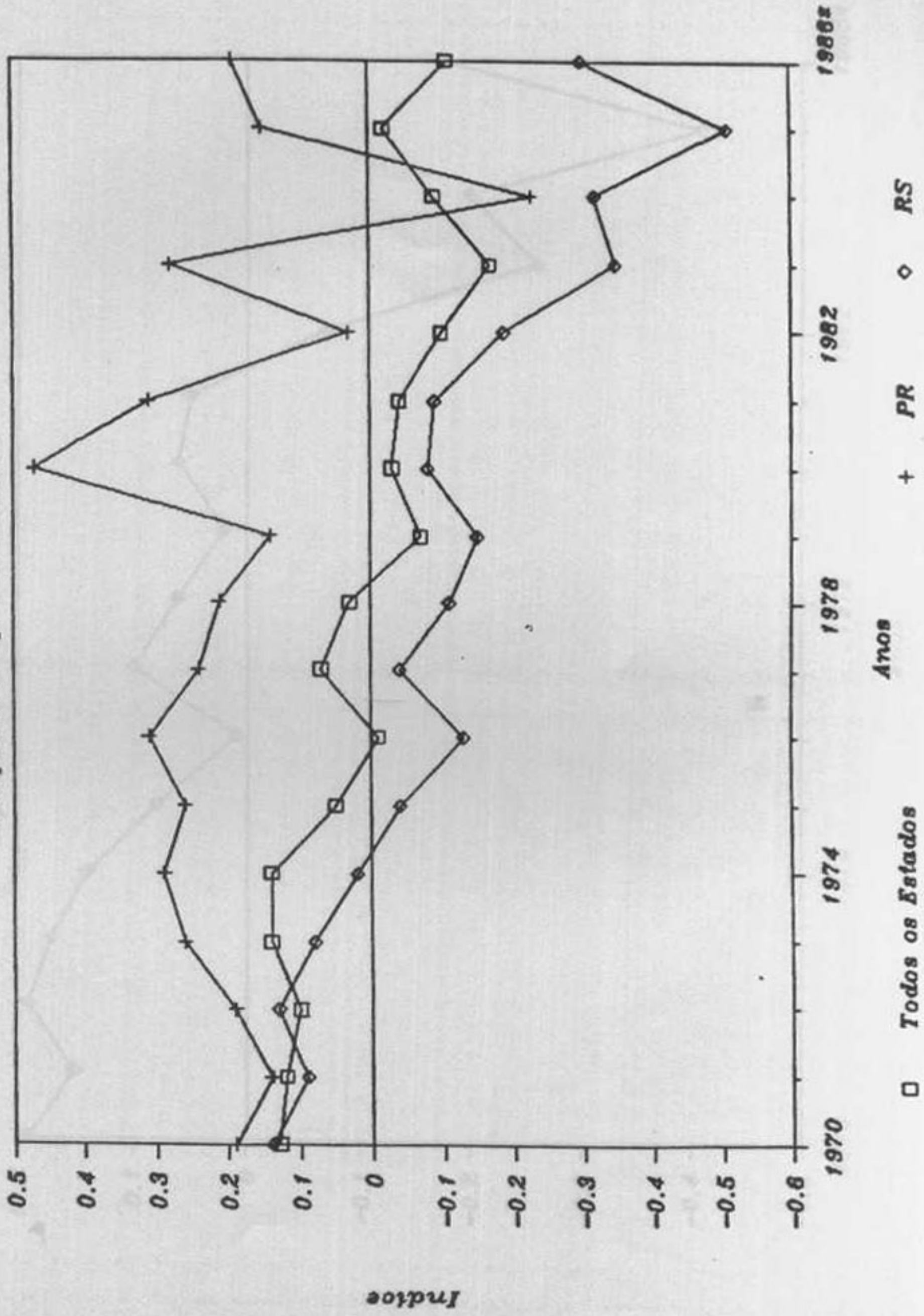


Anos

Unidade de Medida

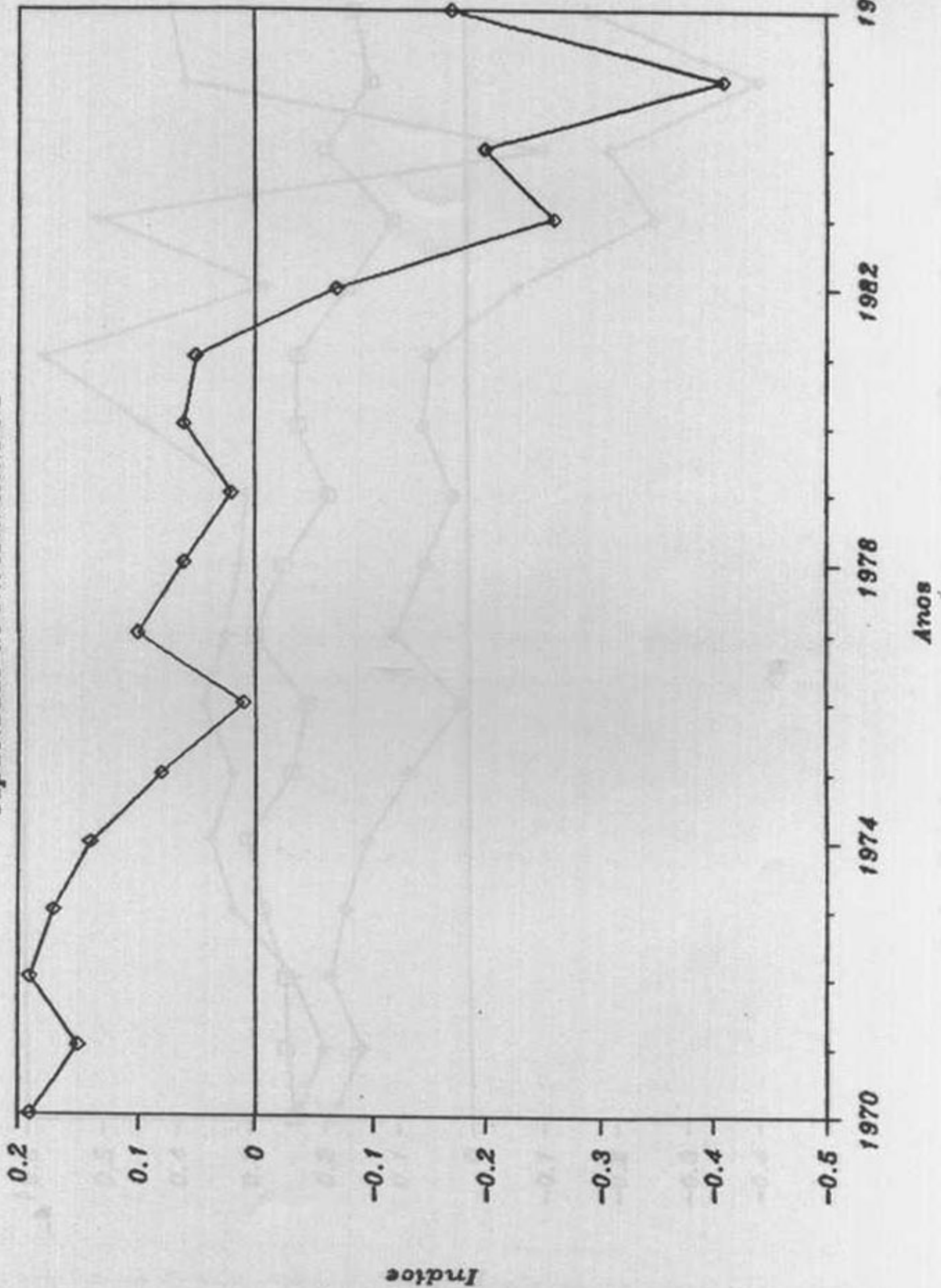
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Poupanca Propria Corrente



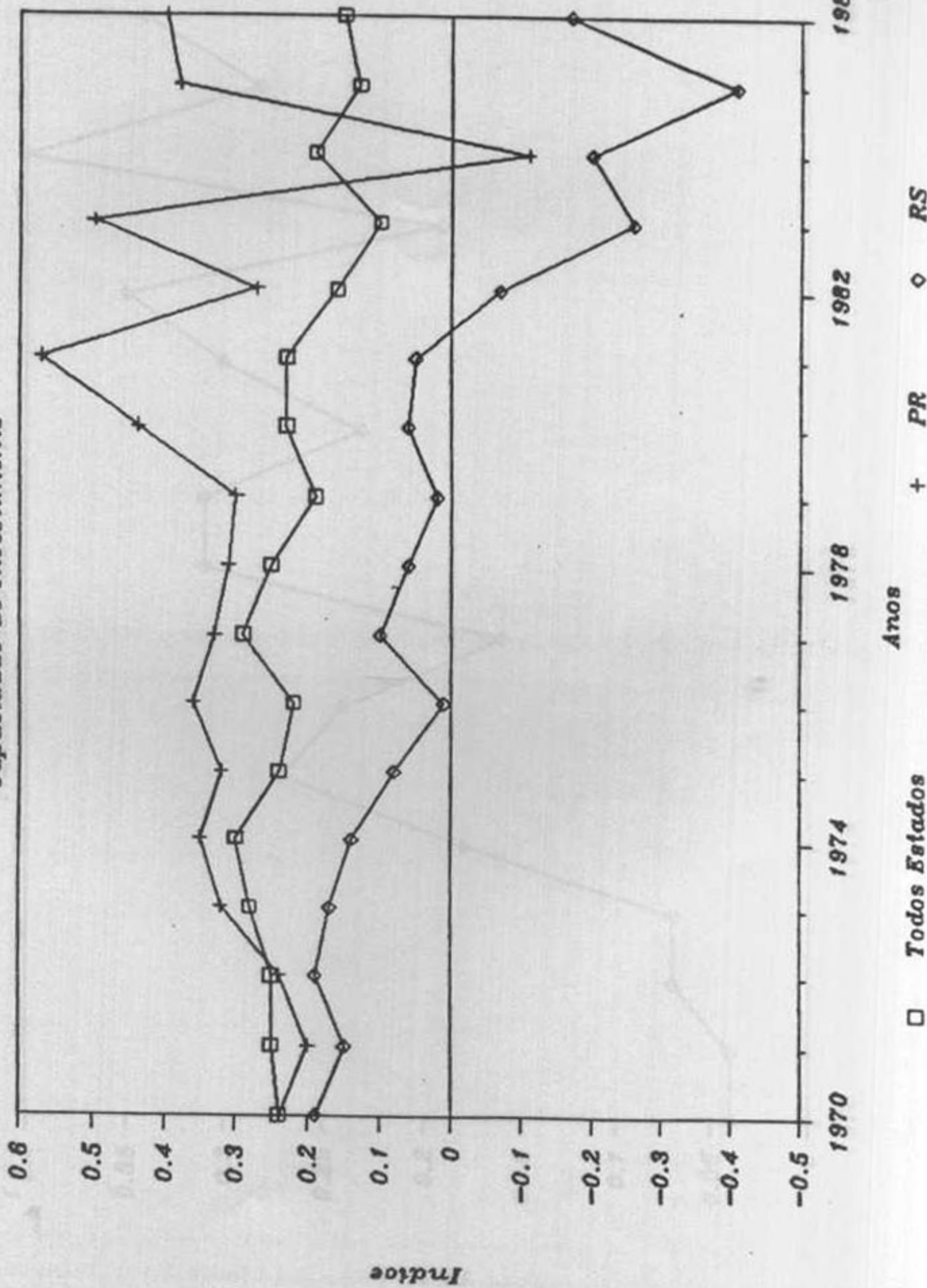
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Capacidade de Investimento RS



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Capacidade de Investimento



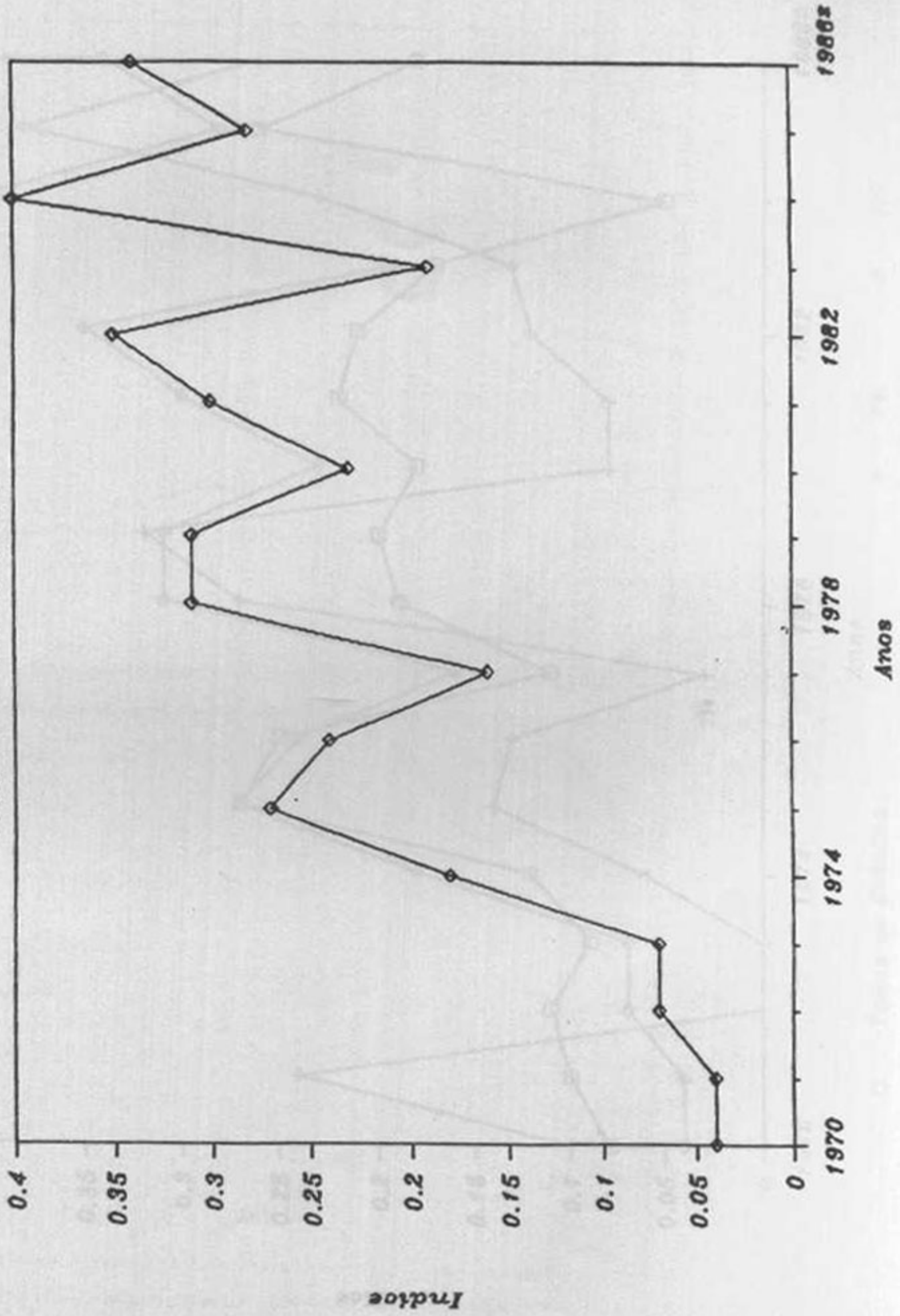
□ Todos Estados
+ PR

Anos

1970 1974 1978 1982 1986

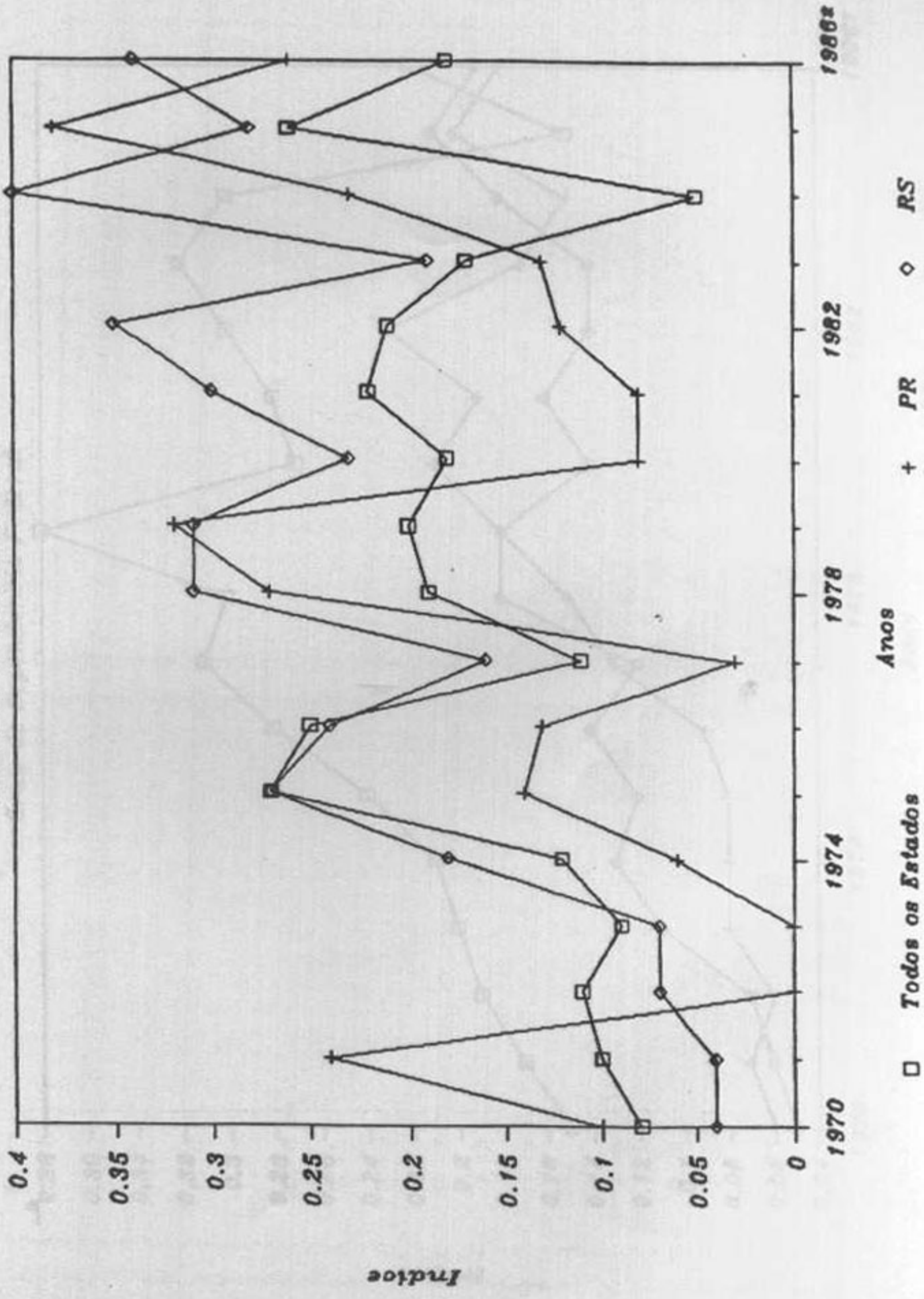
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Indice de Endividamento RS



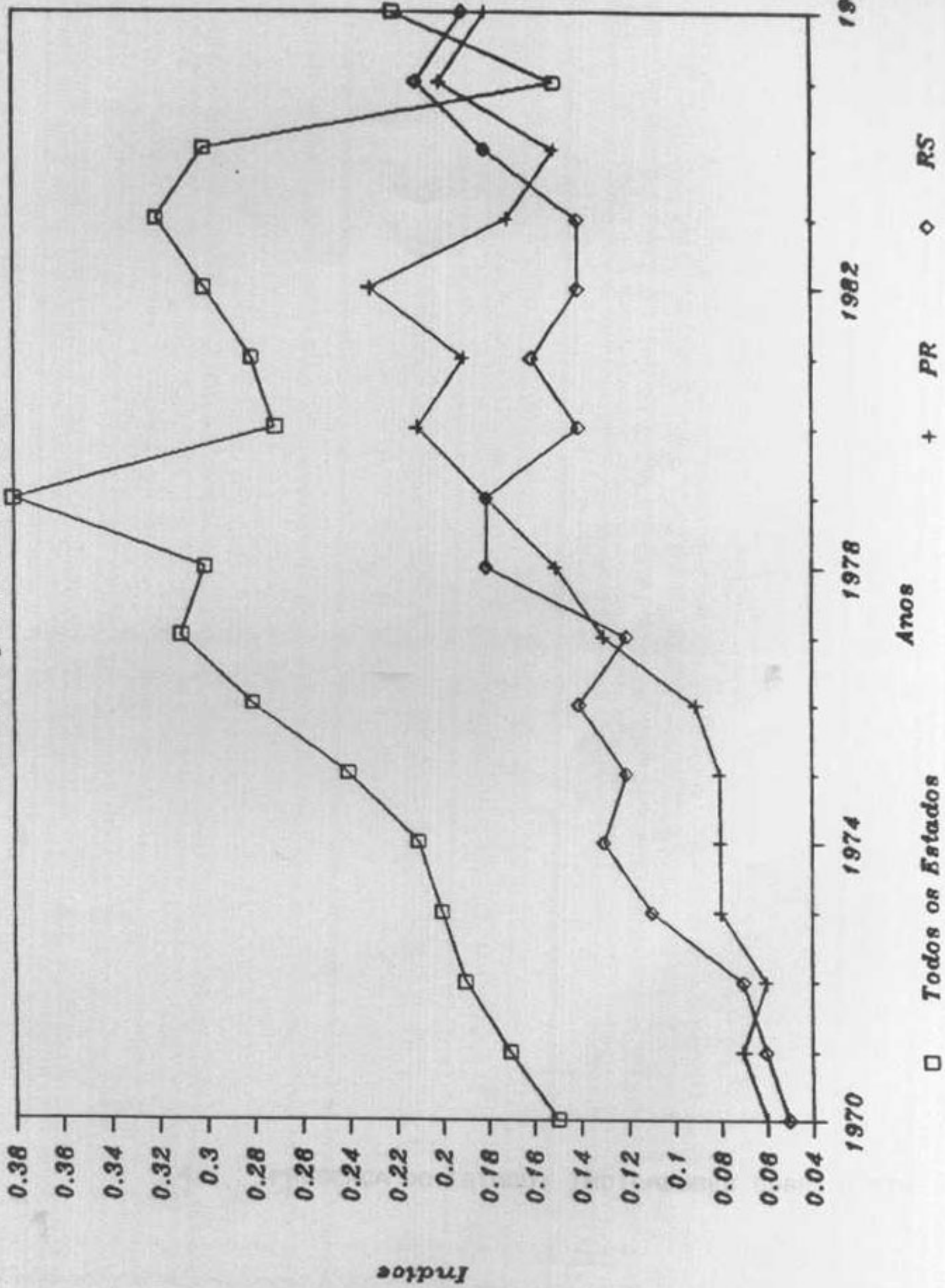
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Indice de Endividamento



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Grau de Dependencia Federal



4.1 INDICADORES SOBRE O PIB: COMENTÁRIOS

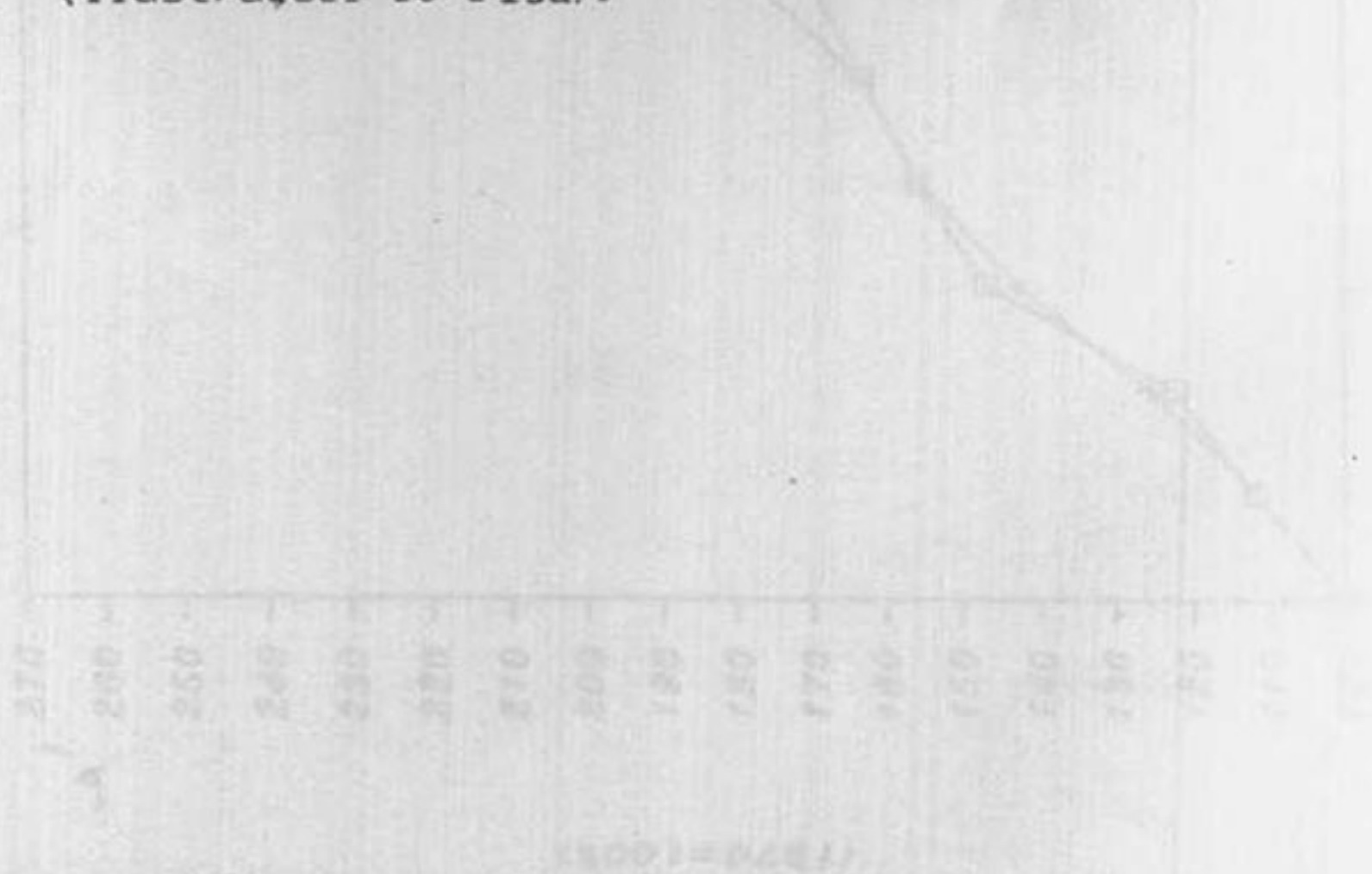
A taxa média anual de crescimento do PIB gaúcho no período 70/71 acompanhou de perto a taxa de crescimento do produto a nível nacional. A partir de 1976 o PIB nacional cresce acima do PIB gaúcho. Durante a recessão do início dos anos 80, a queda do PIB mostrou-se menos acentuada, porém mais prolongada, no Estado do Rio Grande do Sul do que no país. (Ilustração 10).

Até 1980 as Receitas e Despesas totais do setor governamental (excluídas as receitas próprias das fundações e autarquias) caminhavam de forma equilibrada, as taxas médias anuais inferiores a taxa média anual de crescimento do produto regional. A partir de 1983 a despesa continua crescendo a despeito de uma queda acentuada da receita tributária (em 1985 a Receita Tributária estava em termos reais no mesmo nível de 1982) e o déficit do setor governamental que vinha se mantendo entre 0 e 1% do PIB, atinge 5% em 1985. (Ilustração 11 e 12).

Como este déficit crescente veio sendo financiado através de operações de crédito, o índice de endividamento total do RGS (setor governamental e setor empresarial) salta de 18% em 1979 para 49,2% do PIB em 1985. (Ilustração 14).

Ainda, como consequência da deterioração das contas públicas, o investimento total do Setor Público gaúcho em relação ao Produto Interno Líquido Regional reduziu-se de 2,9% em 1979 para 1,3% e 1,6% em 1982 e 1985, respectivamente. (Ilustração 15).

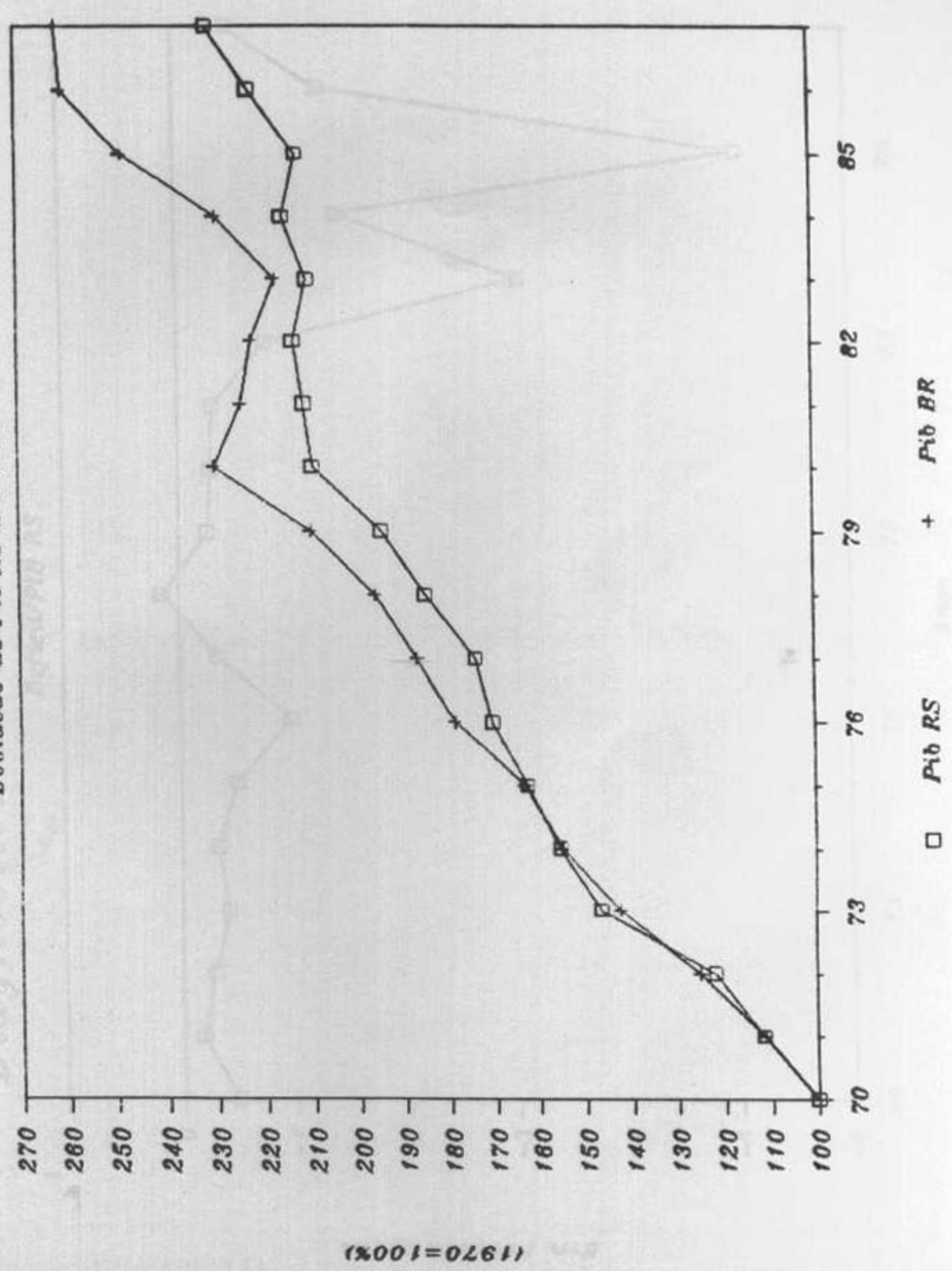
A carga tributária medida pela relação entre a receita tributária e o PIB regional, decresceu de 7,3%, no pico, em 1971 para próximo de 5%, no ponto mais baixo, oscilando a partir deste ano entre 5 e 6% do PIB, a exceção do ano de 1986 quando atingiu 7,2%. (Ilustrações 13 e 13a).



Diagnostico do Setor Publico no RGS

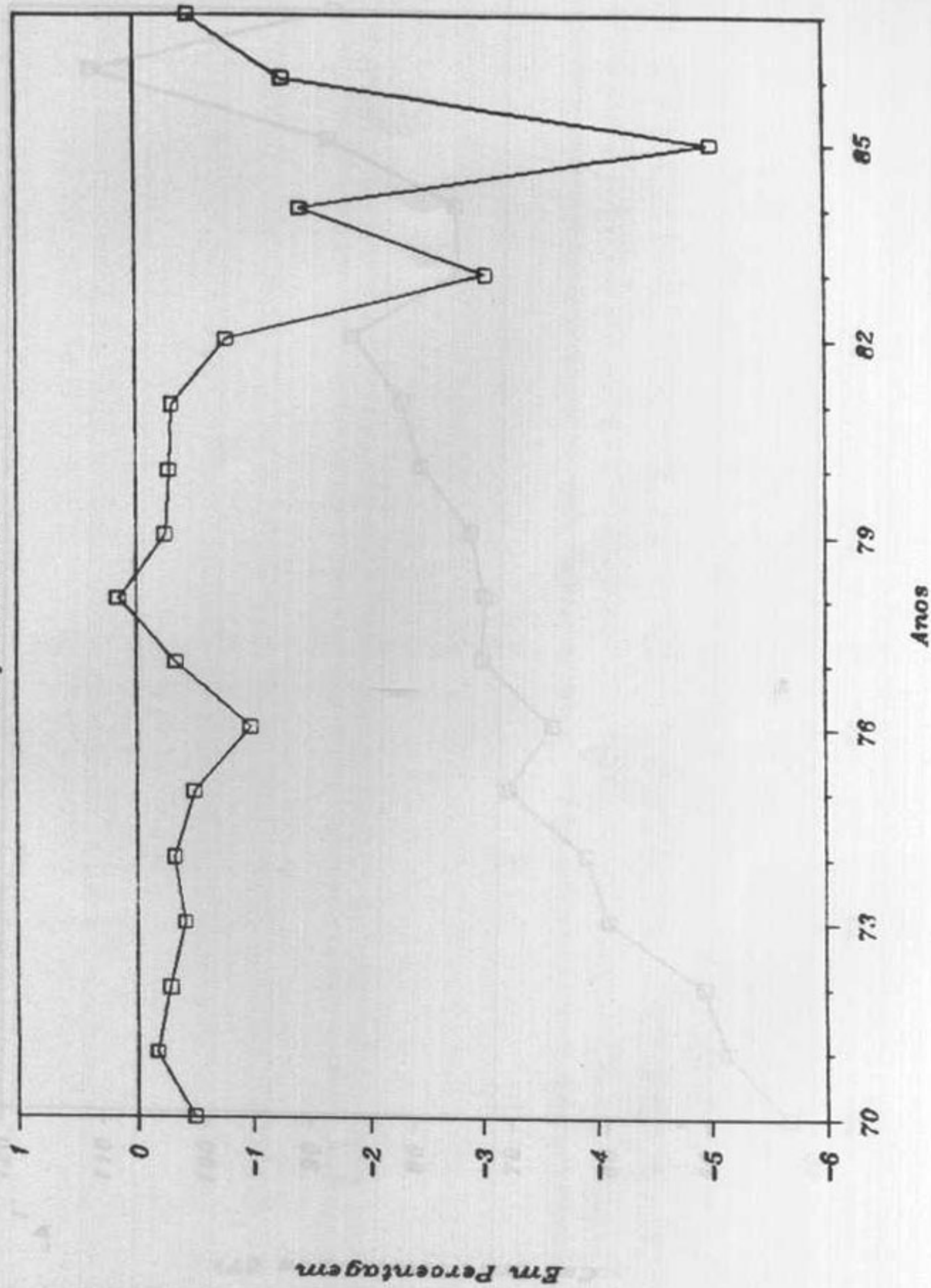
ILUSTRACAO 10

Evolucao do Pib RS e Pib BR



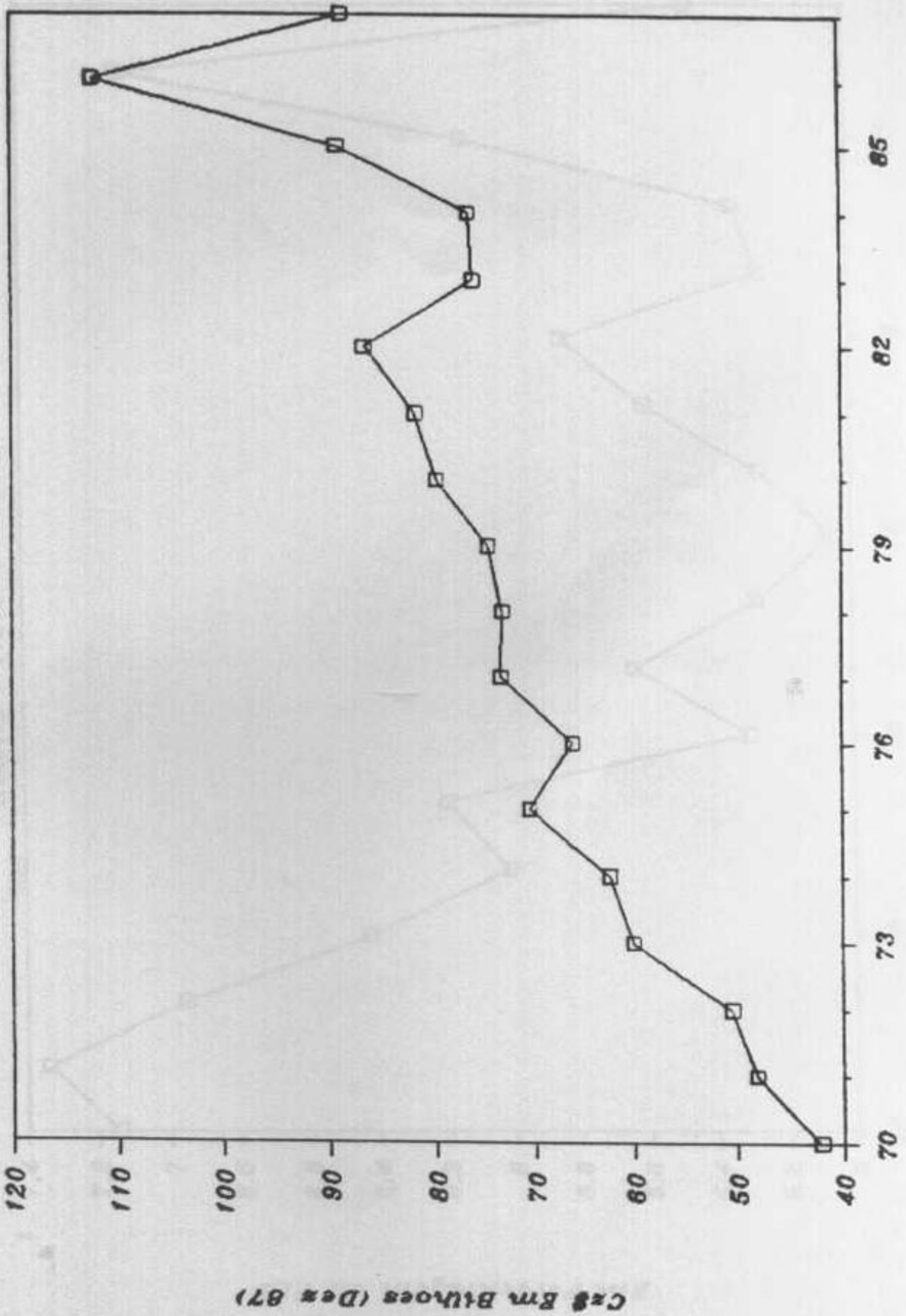
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Deficit/PIB RS



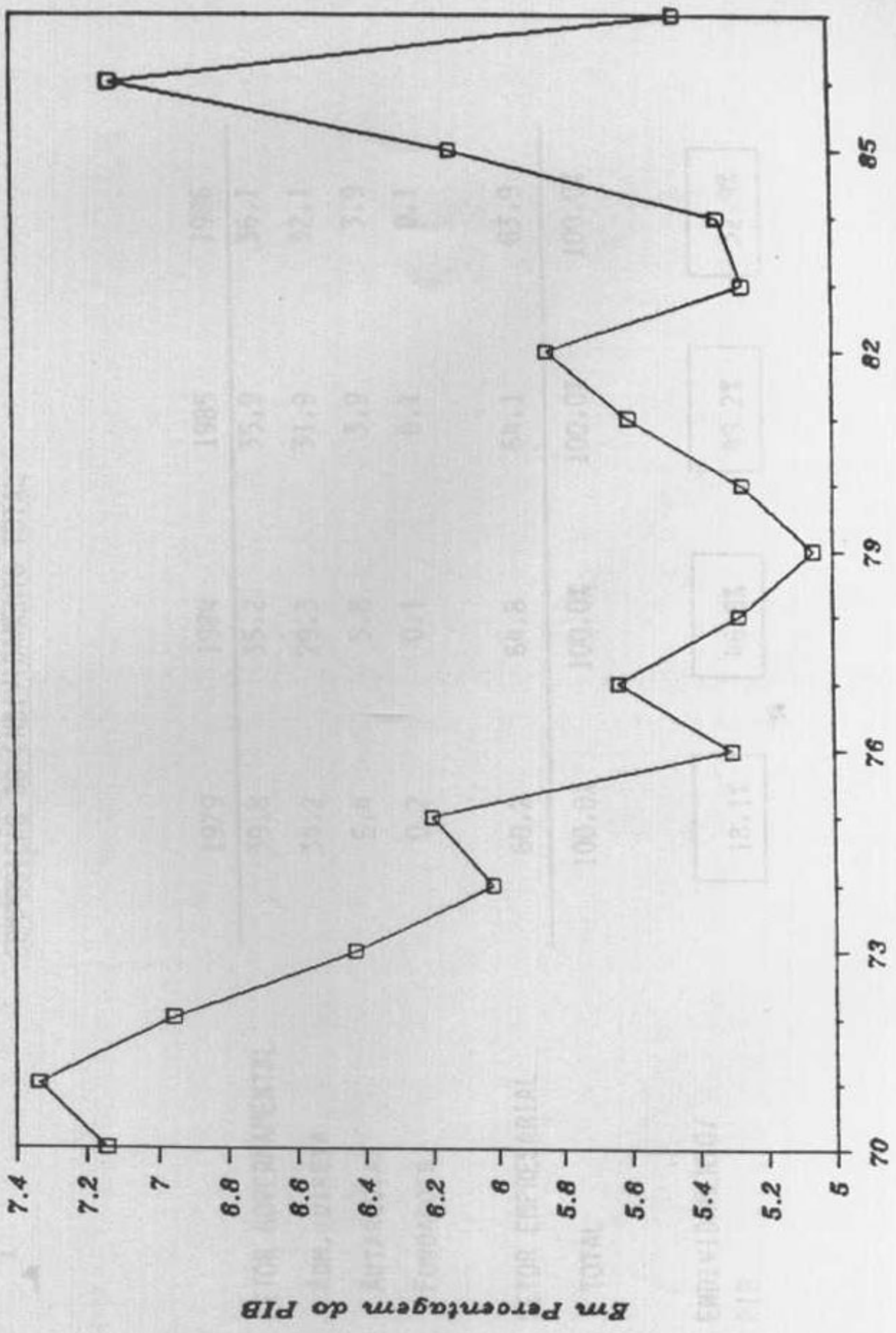
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao da Receita Tributaria



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Receita Tributaria / PIB RS



ENDIVIDAMENTO TOTAL DO RGSCOMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO TOTAL

	1979	1984	1985	1986
SETOR GOVERNAMENTAL				
ADM. DIRETA	39,8	35,2	35,9	36,1
AUTARQUIAS	34,2	29,3	31,9	32,1
FUNDAÇÕES	5,4	5,8	3,9	3,9
	0,2	0,1	0,1	0,1
SETOR EMPRESARIAL	60,2	64,8	64,1	63,9
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
ENDIVIDAMENTO/ PIB	18,1%	46,8%	49,2%	32,9%

5.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA DO RGS

Período 71/72

O resultado corrente, que representa o resultado das atividades correntes, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

O resultado de capital, que representa o resultado das atividades de capital, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total, devido ao aumento das despesas de capital em relação às receitas de capital.

Em síntese, o resultado global do RGS, em 1971, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

Período 72/73

Neste período o resultado corrente apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

O resultado de capital, que representa o resultado das atividades de capital, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total, devido ao aumento das despesas de capital em relação às receitas de capital.

Em síntese, o resultado global do RGS, em 1972, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

Período 73/74

Neste período o resultado corrente apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

O resultado de capital, que representa o resultado das atividades de capital, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total, devido ao aumento das despesas de capital em relação às receitas de capital.

Em síntese, o resultado global do RGS, em 1973, apresenta um déficit de 1,7% em relação ao total.

5.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA DO RGS: COMENTÁRIOS

- Período 70/75

- . O resultado corrente, que significa gastos realizados com receita própria tem comportamento satisfatório apresentado superavit;
- . O resultado de capital, que representa os gastos realizados com recursos tomados de terceiros apresenta um déficit bastante elevado, no qual a despesa de capital supera a receita de capital, significando que neste quinquênio o Estado passa a se endividar para manter seu nível de investimentos e suas transferências de capital (amortizado da dívida e transferência intragoverno);
- . Em função disto, no consolidado, o déficit do Estado é basicamente um déficit do resultado da capital, representando 5% da Receita Total.

- Período 75/80

- . Neste período o resultado corrente tem novamente comportamento satisfatório, com superavit crescente no final do período;
- . O resultado de capital mantém sua tendência deficitária, agravado pela crescente transferência de capital (amortização e intra governo) que passam a representar 76% das despesas de capital e 17% da despesa total, em detrimento dos investimentos que tem sua participação relativa reduzida de 9,7% para 4,8% em 1980;
- . Em termos "consolidado" o déficit do Estado mantém-se no mesmo nível.

- Período 80/86

- . Neste período começa efetivamente a manifestar-se o desequilíbrio estrutural das contas públicas no RGS, quando o resultado corrente passa a pressionar violentamente o déficit total. Tal deteriorização deve-se a um aumento significativo dos encargos da dívida que salta de 5,9% da despesa total em 1980 para 15,8% em 1986 e das transferências a inativos e pensionistas que passa de 11,3% em 80 para 15,4% em 1986. A par disto, houve uma redução relativa das receitas correntes em função do agravamento da situação econômica do país e em particular do RGS;
- . O resultado da capital passa a ter menor influencia no déficit, pois o mesmo é basicamente corrente;
- . A não efetivação do corte nos gastos correntes, a diminuição da receita própria somados a dificuldade de captação de recursos leva o déficit a atingir proporções altíssimas de 40 a 55% da receita total, em 83 e 85, respectivamente.

. As Ilustrações de 16 a 20, a seguir, referem-se aos tópicos abordados neste item.

RECEITAS

RECEITAS CORRENTES

- 1. RECEITAS DE RECEITAS
- 2. RECEITAS DE RECEITAS
- 3. RECEITAS DE RECEITAS
- 4. RECEITAS DE RECEITAS
- 5. RECEITAS DE RECEITAS
- 6. RECEITAS DE RECEITAS
- 7. RECEITAS DE RECEITAS
- 8. RECEITAS DE RECEITAS
- 9. RECEITAS DE RECEITAS
- 10. RECEITAS DE RECEITAS
- 11. RECEITAS DE RECEITAS
- 12. RECEITAS DE RECEITAS
- 13. RECEITAS DE RECEITAS
- 14. RECEITAS DE RECEITAS
- 15. RECEITAS DE RECEITAS
- 16. RECEITAS DE RECEITAS
- 17. RECEITAS DE RECEITAS
- 18. RECEITAS DE RECEITAS
- 19. RECEITAS DE RECEITAS
- 20. RECEITAS DE RECEITAS

RECEITAS DE CAPITAL

- 1. RECEITAS DE CAPITAL
- 2. RECEITAS DE CAPITAL
- 3. RECEITAS DE CAPITAL
- 4. RECEITAS DE CAPITAL
- 5. RECEITAS DE CAPITAL
- 6. RECEITAS DE CAPITAL
- 7. RECEITAS DE CAPITAL
- 8. RECEITAS DE CAPITAL
- 9. RECEITAS DE CAPITAL
- 10. RECEITAS DE CAPITAL
- 11. RECEITAS DE CAPITAL
- 12. RECEITAS DE CAPITAL
- 13. RECEITAS DE CAPITAL
- 14. RECEITAS DE CAPITAL
- 15. RECEITAS DE CAPITAL
- 16. RECEITAS DE CAPITAL
- 17. RECEITAS DE CAPITAL
- 18. RECEITAS DE CAPITAL
- 19. RECEITAS DE CAPITAL
- 20. RECEITAS DE CAPITAL

DESPESAS

DESPESAS CORRENTES

- 1. DESPESAS CORRENTES
- 2. DESPESAS CORRENTES
- 3. DESPESAS CORRENTES
- 4. DESPESAS CORRENTES
- 5. DESPESAS CORRENTES
- 6. DESPESAS CORRENTES
- 7. DESPESAS CORRENTES
- 8. DESPESAS CORRENTES
- 9. DESPESAS CORRENTES
- 10. DESPESAS CORRENTES
- 11. DESPESAS CORRENTES
- 12. DESPESAS CORRENTES
- 13. DESPESAS CORRENTES
- 14. DESPESAS CORRENTES
- 15. DESPESAS CORRENTES
- 16. DESPESAS CORRENTES
- 17. DESPESAS CORRENTES
- 18. DESPESAS CORRENTES
- 19. DESPESAS CORRENTES
- 20. DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

- 1. DESPESAS DE CAPITAL
- 2. DESPESAS DE CAPITAL
- 3. DESPESAS DE CAPITAL
- 4. DESPESAS DE CAPITAL
- 5. DESPESAS DE CAPITAL
- 6. DESPESAS DE CAPITAL
- 7. DESPESAS DE CAPITAL
- 8. DESPESAS DE CAPITAL
- 9. DESPESAS DE CAPITAL
- 10. DESPESAS DE CAPITAL
- 11. DESPESAS DE CAPITAL
- 12. DESPESAS DE CAPITAL
- 13. DESPESAS DE CAPITAL
- 14. DESPESAS DE CAPITAL
- 15. DESPESAS DE CAPITAL
- 16. DESPESAS DE CAPITAL
- 17. DESPESAS DE CAPITAL
- 18. DESPESAS DE CAPITAL
- 19. DESPESAS DE CAPITAL
- 20. DESPESAS DE CAPITAL

RECEITAS

RECEITAS CORRENTES

- . TRIBUTÁRIA
- . ICM
- . OUTROS IMPOSTOS E TAXAS
- . TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- . OUTRAS RECEITAS CORRENTES

DESPESAS

DESPESAS CORRENTES

- . CUSTEIO
- . PESSOAL
- . OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- . TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- . AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- . INATIVOS E PENSIONISTAS
- . JUROS DA DÍVIDA
- . OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

RECEITA DE CAPITAL

- . OPERAÇÕES DE CREDITO
- . TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- . OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

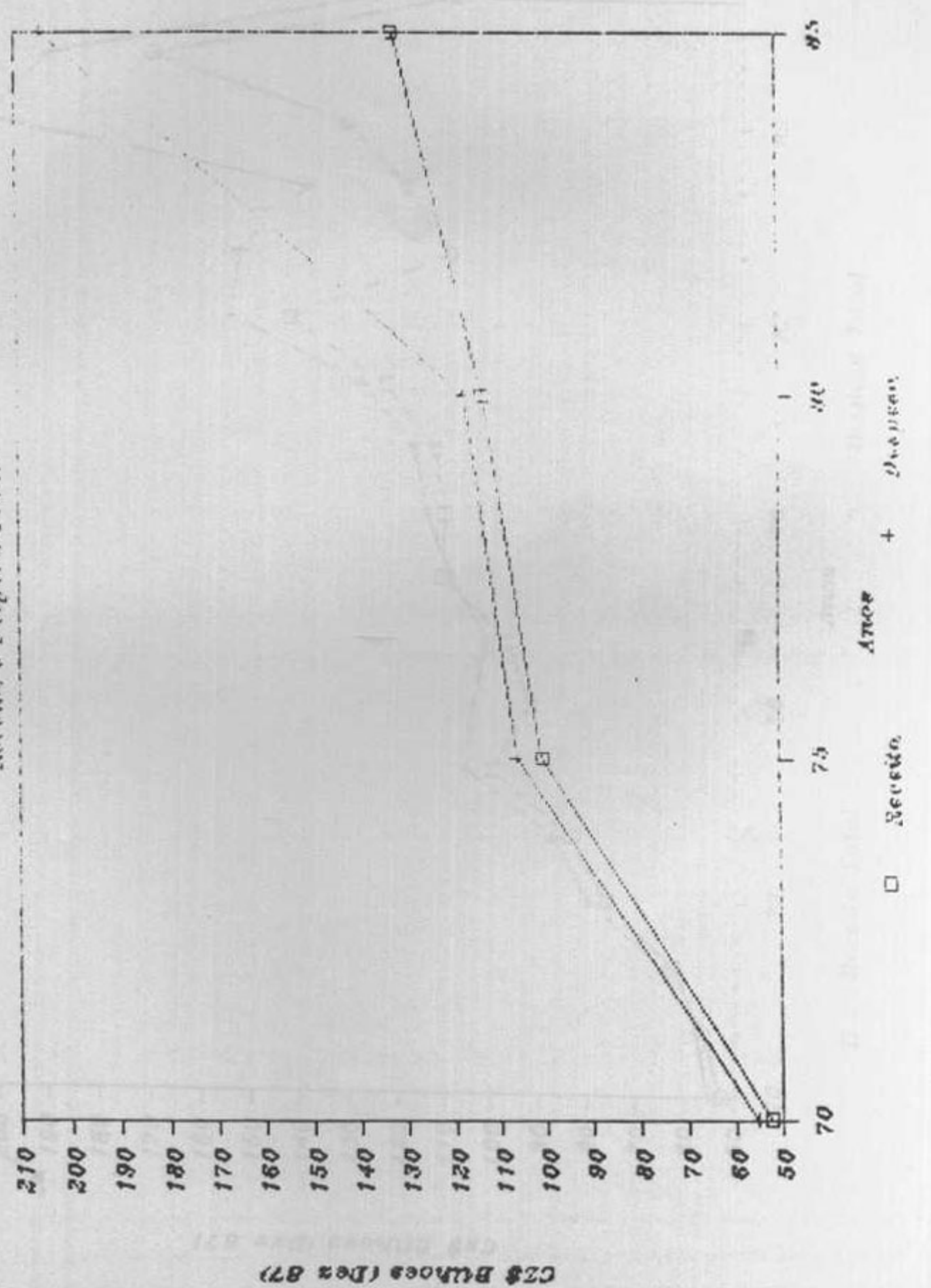
DESPESA DE CAPITAL

- . INVESTIMENTOS
- . OBRAS PÚBLICAS
- . AUMENTO DE CAPITAL
- . OUTROS
- . INVERSÕES FINANCEIRAS
- . AUMENTO DE CAPITAL
- . OUTRAS
- . TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- . AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
- . AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- . OUTRAS

(*) CONCEITO CONTÁBIL

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Receita e Despesa Total

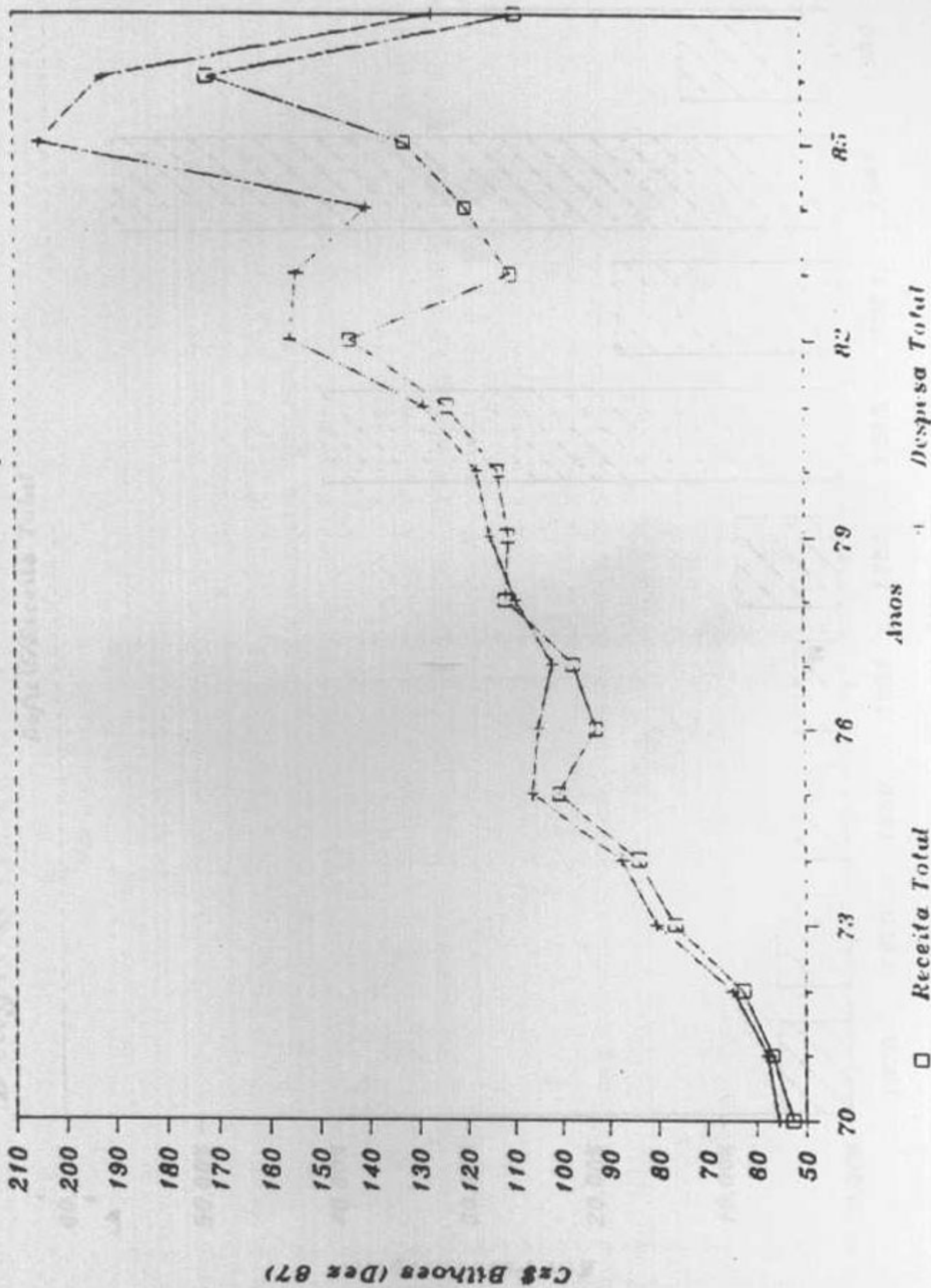


Cz\$ Bilhões (Dez 87)

□ Receita
□ Despesa

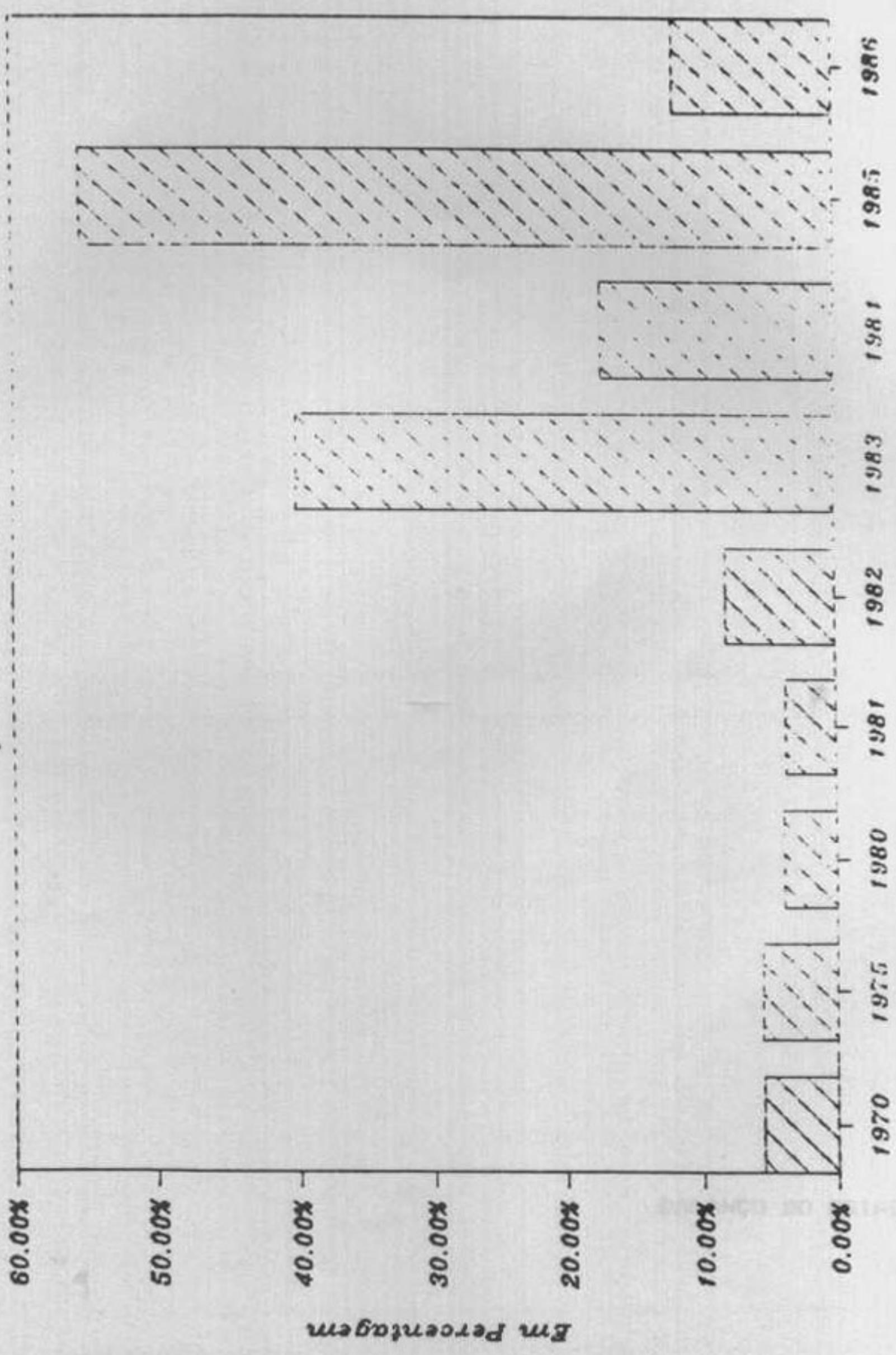
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolução da Receita e Despesa



ILUSTRACAO 20 *Diagnostico do Setor Publico no RGS*

Deficit/Receita Total



Anos

Operações de crédito, onde os recursos são aplicados em investimentos de administração direta, os recursos de crédito são transferidos a instituições e fundos.

Apresentando esse novo demonstrativo de resultado, conforme segue:

- 1) Receitas Correntes
 - Tributária Estadual
 - Tributária Federal
 - Extraorçamentária
 - Contribuição e Auxílio Federal
 - Diversas
 - Outras

- 2) Receitas Correntes
 - Custeio
 - Pessoal
 - Inativos e Pensionistas
 - Outros
 - Transferências e Antecipações
 - Autarquias
 - Fundações
 - Municípios
 - Outras

3) Resultado Operacional (1 - 2)

- 4) Receitas Operacionais Líquidas
 - OIBs
 - Internas
 - Externas
 - Diversas

- 5) Despesas Operacionais Líquidas
 - Repartição de Dividendos
 - Juros e Encargos
 - Diversas

6) Resultado Operacional de Crédito (4 - 5)

- 7) Investimentos
 - Investimentos Diretos
 - Investimentos Indiretos

- Operações de crédito, onde mostramos a entrada e saída de todos os itens relacionados a operações financeiras e a dívida mobiliária.
- Investimentos e transferências onde ficam destacados os investimentos da administração direta, os aumentos de capital e as transferências a autarquias e fundações.

Analisando esse novo Demonstrativo de Resultado, podemos destacar os seguintes pontos:

1) Receitas Correntes

- . Tributária Estadual;
- . Tributária Federal;
- . Patrimonial;
- . Convênios e Auxílios Federais;
- . Diversas;
- . Outras.

2) Despesas Correntes

- . Custeio
 - .. Pessoal Ativo;
 - .. Inativos e Pensionistas;
 - .. Outros.
- . Transferência a Entidades
 - .. Autarquias;
 - .. Fundações;
 - .. Municípios;
 - .. Outros.

3) Resultado Corrente/Operacional (1 - 2)

4) Receitas Operações Crédito

- . ORTE;
- . Internas;
- . Externas;
- . Diversas.

5) Despesas Operações Crédito

- . Amortização da Dívida;
- . Juros e Encargos;
- . Diversas.

6) Resultado Operações de Crédito (4 - 5)

7) Investimentos

- . Investimento Adm. Direta;
- . Aumento de Capital;

- . Transferências
- .. Autarquias;
- .. Fundações;
- .. Outros.

B) Resultado Geral (3 + 6 + 7).

6.2.1 RECEITAS E DESPESAS CORRENTES

- Composição

- . Analisando os itens do agregado Receita Corrente, temos no "ICM" o item mais significativo.
- . Sua participação em relação a RC durante os anos de 1982 a 1986, se mantém em torno de 75%, apresentando tendência de queda em 1987 em relação a outros itens do agregado.
- . Os itens "Outros Tributos Estaduais" e "Receita Tributária Federal", apresentam crescimento significativo em relação a Receita Corrente, passando respectivamente de 3,4% e 5,1% em 1982 para 5,6% e 10,5% em 1987.
- . A Receita Patrimonial, quase insignificante em 84/85 passa a representar 8,7% de RC em 1987.
- . No que se refere às Despesas Correntes, analisando o item custeio, verificamos que sua participação em relação a Despesa Corrente se mantém em torno de 70%.
- . O sub-item mais significativo do custeio, pessoal ativo, tem sua participação ligeiramente decrescida de 45,7% em 1982 para 43,2% em 1987.
- . Processo diferente ocorre com os inativos que aumentam sua participação em termos relativos de 15,0% em 1982 para 22,4% em 1987.
- . As transferências para autarquias e fundações tem ligeira queda, passando de 30,7% em 1982 para 27,6% em 1987.

- Evolução

- . Tomando-se 1982 como base = 100, a Receita Corrente tem evolução real negativa nos anos de 1983 a 1985 (índices 87; 83 e 99, respectivamente) voltando a ter índices superiores a 100 nos dois últimos anos analisados (124 e 108 em 86 e 87, respectivamente). A Receita Tributária Federal é o índice que apresenta crescimento mais significativo atingindo 226 em 1987.
- . As Despesas Correntes apresentam índices menores do que 100 em 1982 e 1983 (91 e 87, respectivamente) e níveis elevado nos anos de 1985 e 1986 (109 e 127, respectivamente) o índice de inativos é novamente a parcela mais expressiva, com crescimento real ascendente, atingindo 145 em 1987.

6.2.2 RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- Composição

- . Em termos de composição dos agregados que compõem o Resultado de Operações de Crédito, podemos destacar, no que concerne às Receitas de Operações de Crédito, os seguintes pontos:
 - .. A colocação de DRTE's que nos anos de 82 e 83 representavam algo em torno de 50%, tem decréscimo significativo nos anos de 83 a 86, passando a representar, em média 38%, o que demonstra a dificuldade e as restrições de colocação de títulos públicos no mercado. Em 87 a participação de DRTE's aumenta significativamente atingindo 76,3%.
 - .. Em contra partida à dificuldade de colocação das DRTE's, aumenta a participação de operações internas que atinge em 85/86 índice de 63% contra 32% em 82 e 3,5% em 84 que foi um ano atípico.
 - .. No período analisado nota-se uma participação inexpressiva de operações externas exceto em 84, característica especial do endividamento do Rio Grande do Sul (baixo endividamento externo).

No que tange às Despesas de Operações de Crédito o item amortização da dívida não apresenta alterações drásticas ao longo do período, variando de 24,7% a 31,1% de 82 a 87, respectivamente.

Da mesma forma os juros e encargos da dívida não tem variação significativa, perfazendo algo em torno de 70% das despesas de Operações de Crédito, ao longo do período analisado.

- Evolução

A Receita e a Despesa com Operações de Crédito evoluem ao longo do período analisado de forma assimétrica com as despesas suplantando sistemática e crescentemente as receitas. A pior situação ocorre em 1985 (rec 85 = 0,66 x rec 82, desp 85 = 3,3 x desp 82) com melhora relativa em 1987 (rec 87 = 1,3 x rec 82, desp 87 = 2,2 x desp 82).

Em 1987 as Receitas de Operações de Crédito são ainda insuficientes para cobrir o serviço da dívida o que significa uma transferência líquida de recursos para o setor financeiro.

6.2.3 INVESTIMENTOS

- Composição

Os agregados deste item, representado por Investimentos da Adm. Direta, Aumento de Capital e transferências para Autarquias e Fundações tem sua composição mais ou menos inalterada.

Em 1987 investimentos, aumento de capital e transferências representavam 11%, 28% e 61% da conta "Investimentos", participações próximas às de 1982.

- Evolução

Em termos de evolução denota-se um decréscimo acentuado em todos os componentes deste agregado, sendo que, tomando-se 1982 como base 100, tal índice cai para 66 em 1987.

As Ilustrações de 23 a 29, a seguir referem-se aos tópicos abordados neste item.

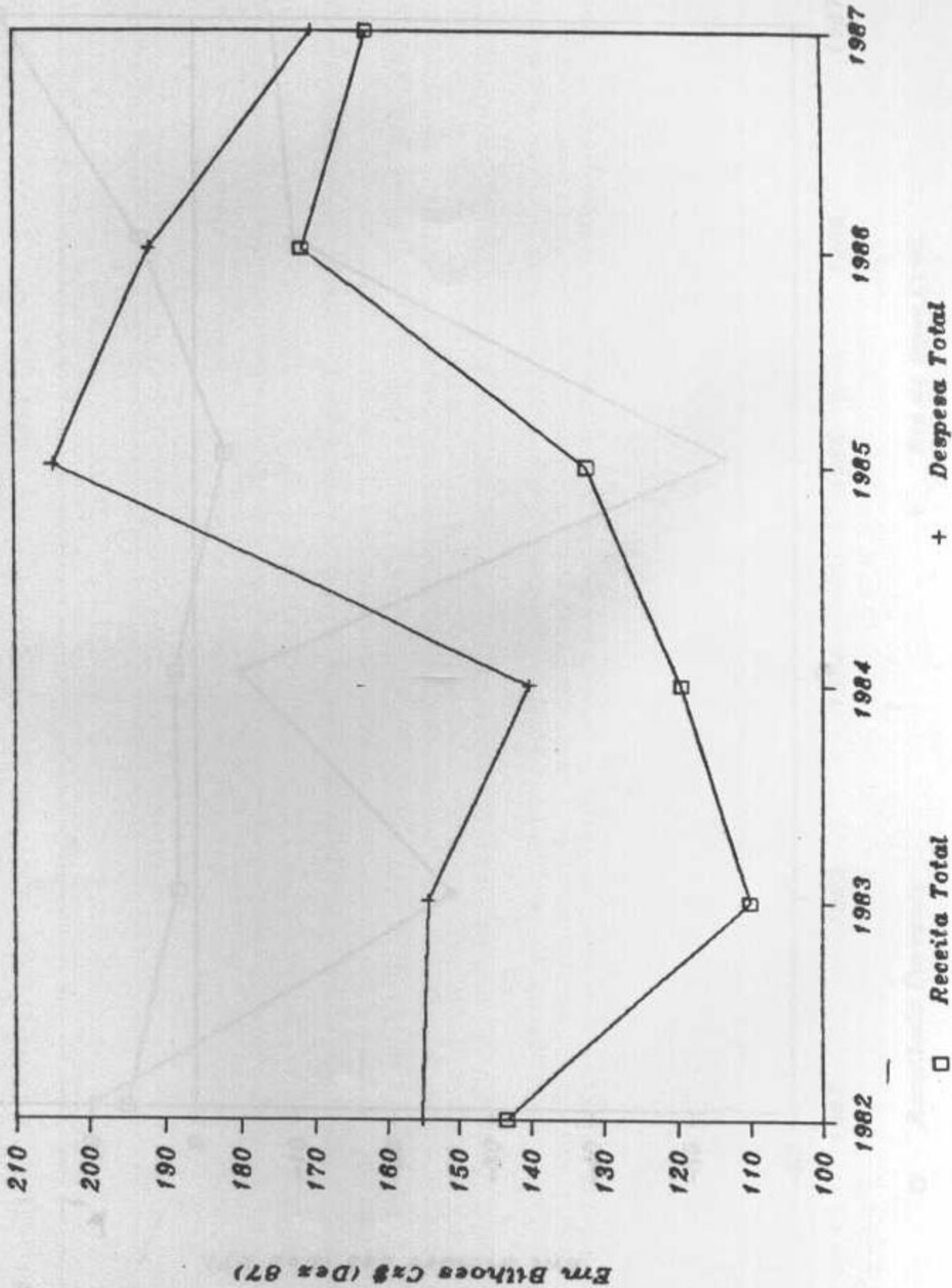
Item	1982	1987
1. DESPESAS CORRENTES	12,7	3,3
1.1. Custeio	14,6	0,7
1.2. Transferências Correntes	12,8	0,7
1.3. Outras	20,7	113,0
2. DESPESAS DE CAPITAL	18,5	5,2
2.1. Investimentos	6,8	2,1
2.2. Aumento de Capital	15,7	3,1
2.3. Transferências de Capital	17,9	1,1
2.4. Outras	17,9	1,1
3. DESPESAS DE CAPITALIZACÃO	4,9	1,1
3.1. Investimentos	18,1	22,4
3.2. Aumento de Capital	30,7	11,1
3.3. Transferências de Capital	15,7	6,4
3.4. Outras	41,2	1,1
4. DESPESAS DE CAPITALIZACÃO	5,8	1,1
4.1. Investimentos	17,9	1,1
4.2. Aumento de Capital	17,9	1,1
4.3. Transferências de Capital	17,9	1,1
4.4. Outras	17,9	1,1

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL (%)
DESPESAS

1. DESPESAS CORRENTES	12,7	3,3	13,8
1.1 Custeio	14,6	0,7	3,2
. Pessoal	12,8	4,3	3,6
. Outros	20,7	(13,0)	0,1
1.2 Transferências Correntes	10,5	6,2	21,4
. Inativos e Pensionistas	6,0	9,2	11,8
. Juros	16,8	28,2	54,2
. Outras	11,9	1,9	7,6
2. DESPESAS DE CAPITAL	17,4	(1,6)	3,4
2.1 Investimentos	16,7	(11,3)	(12,3)
. Obras Públicas	17,9	(8,0)	(15,7)
. Aumento de Capital	17,9	(13,4)	(11,5)
. Outros	4,9	(11,6)	(1,7)
2.2 Inversões Financeiras	34,8	(28,2)	17,2
. Aumento de Capital	38,1	(22,4)	10,9
. Outras	30,7	(4,3)	42,3
2.3 Transferências de Capital	15,3	6,2	6,0
. Amortização Dívida	41,2	5,5	10,7
. Outras	6,0	6,9	1,5
TOTAL DE DESPESAS	13,8	2,1	11,8
— PIB (RS)	10,2	5,2	(0,3)

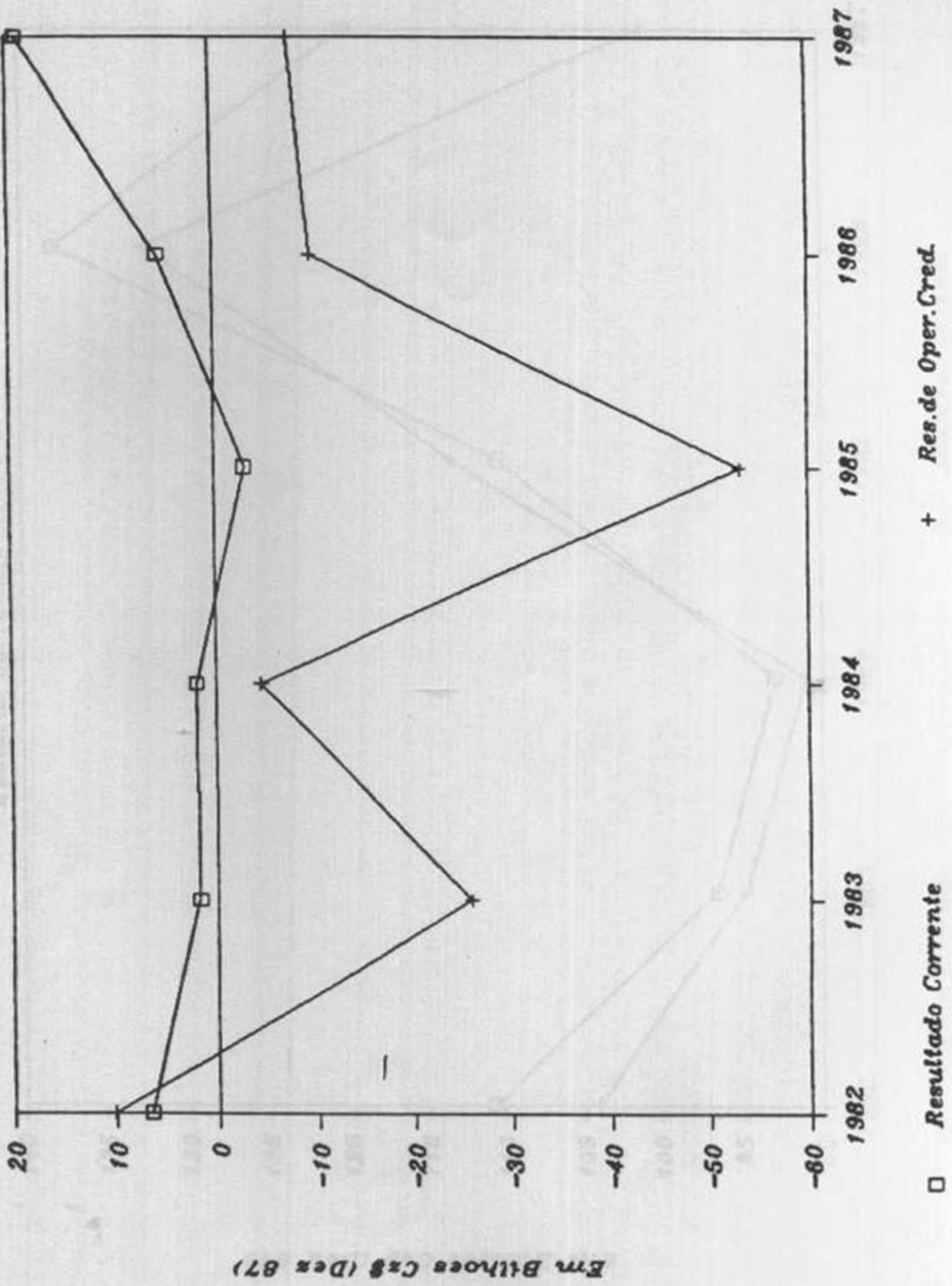
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao da Receita e da Despesa Total



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao de Resultado: conceito Dr



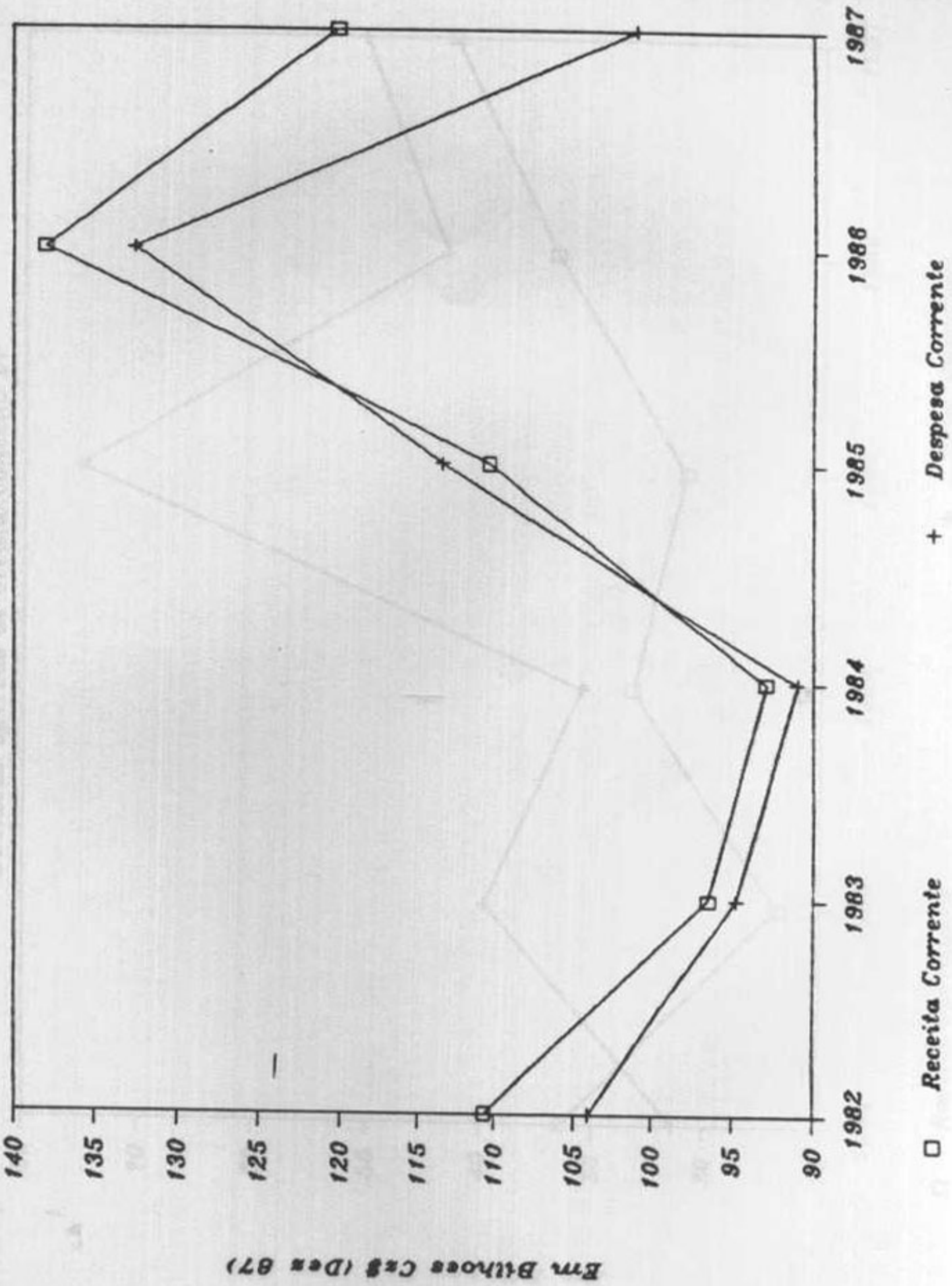
Em Bilhoes Cx8 (Dex 87)

□ Resultado Corrente

+ Res.de Oper.Cred.

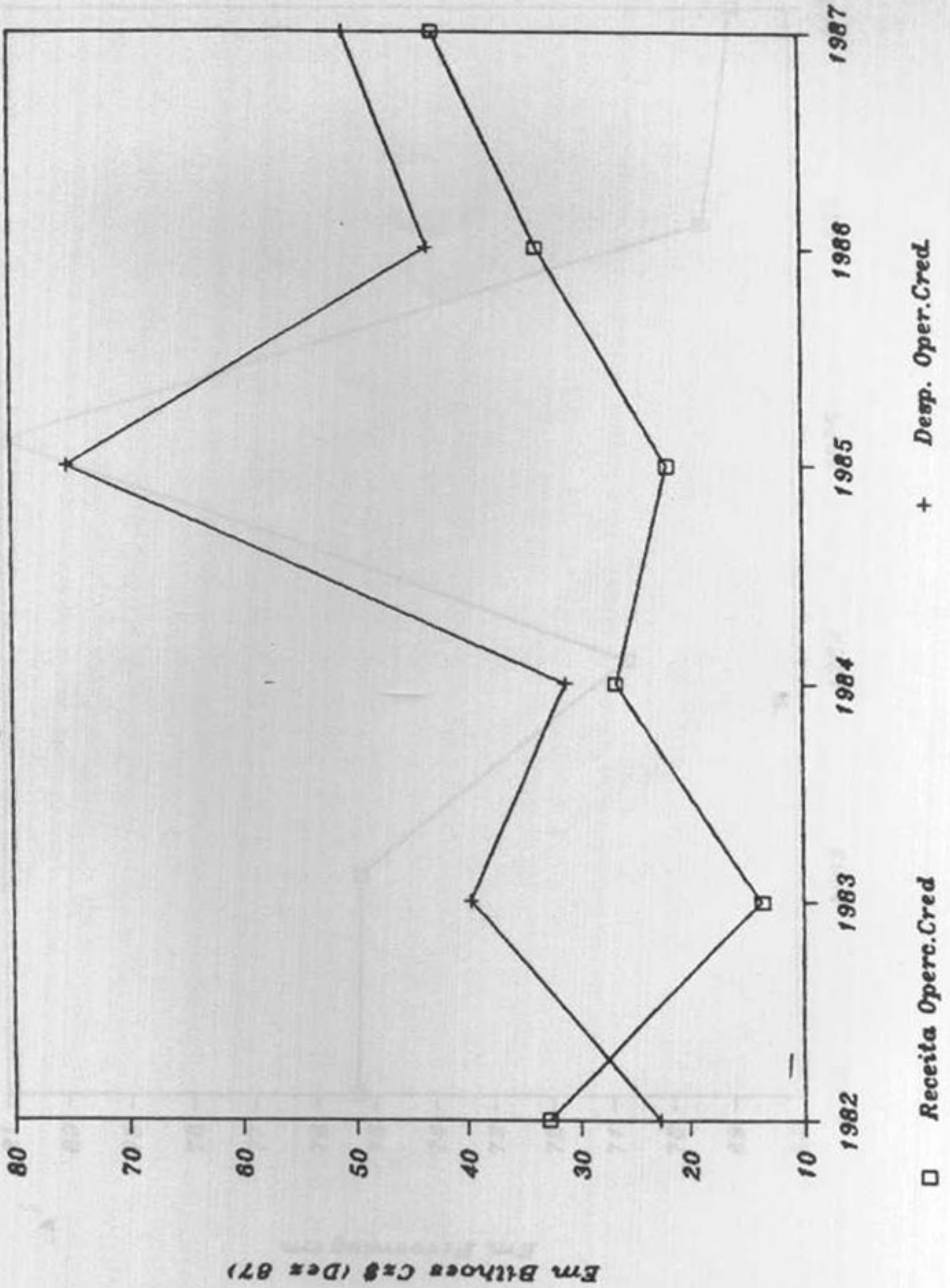
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao Corrente: conceito Dr



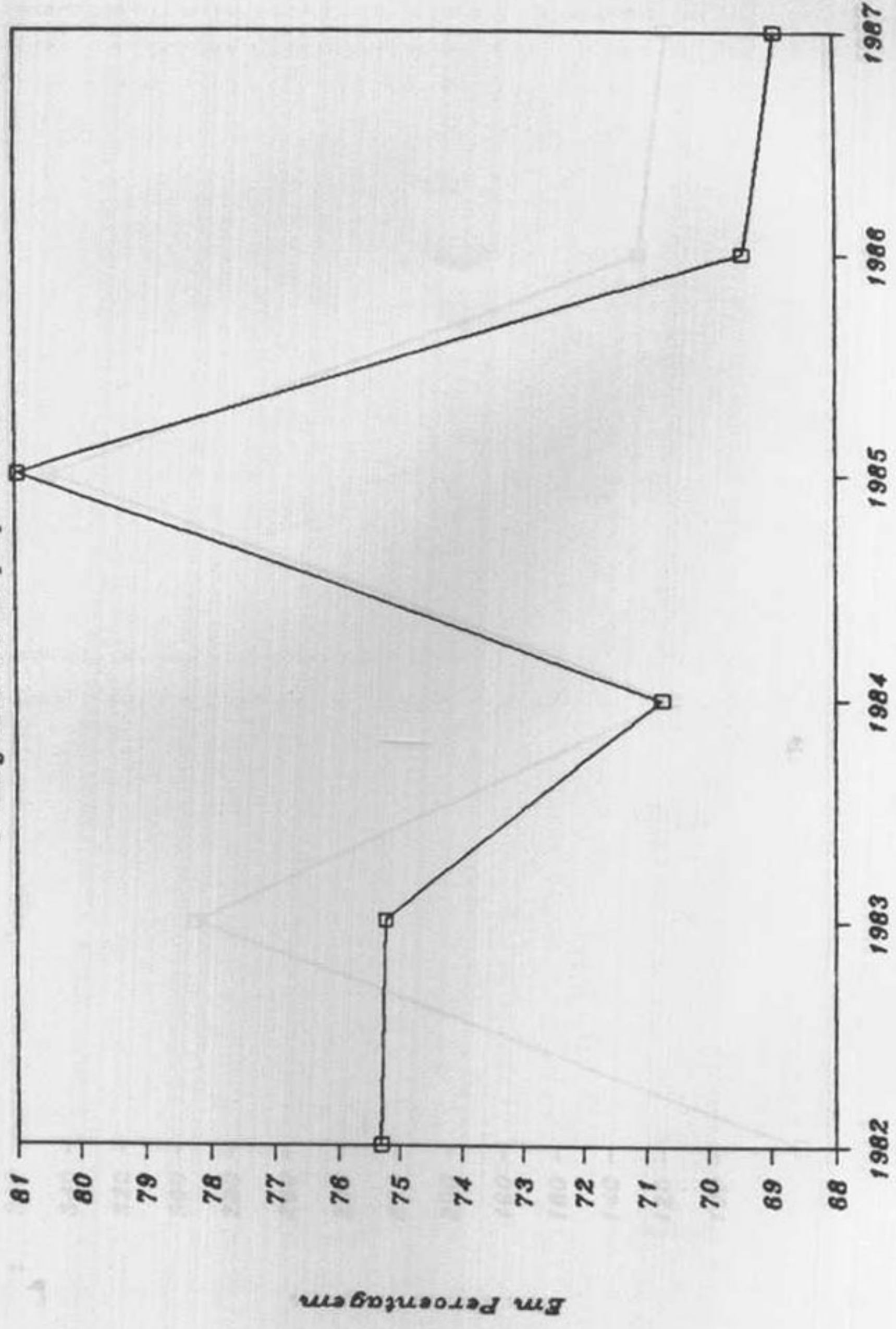
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao Operacao de Credito: conceito Dr



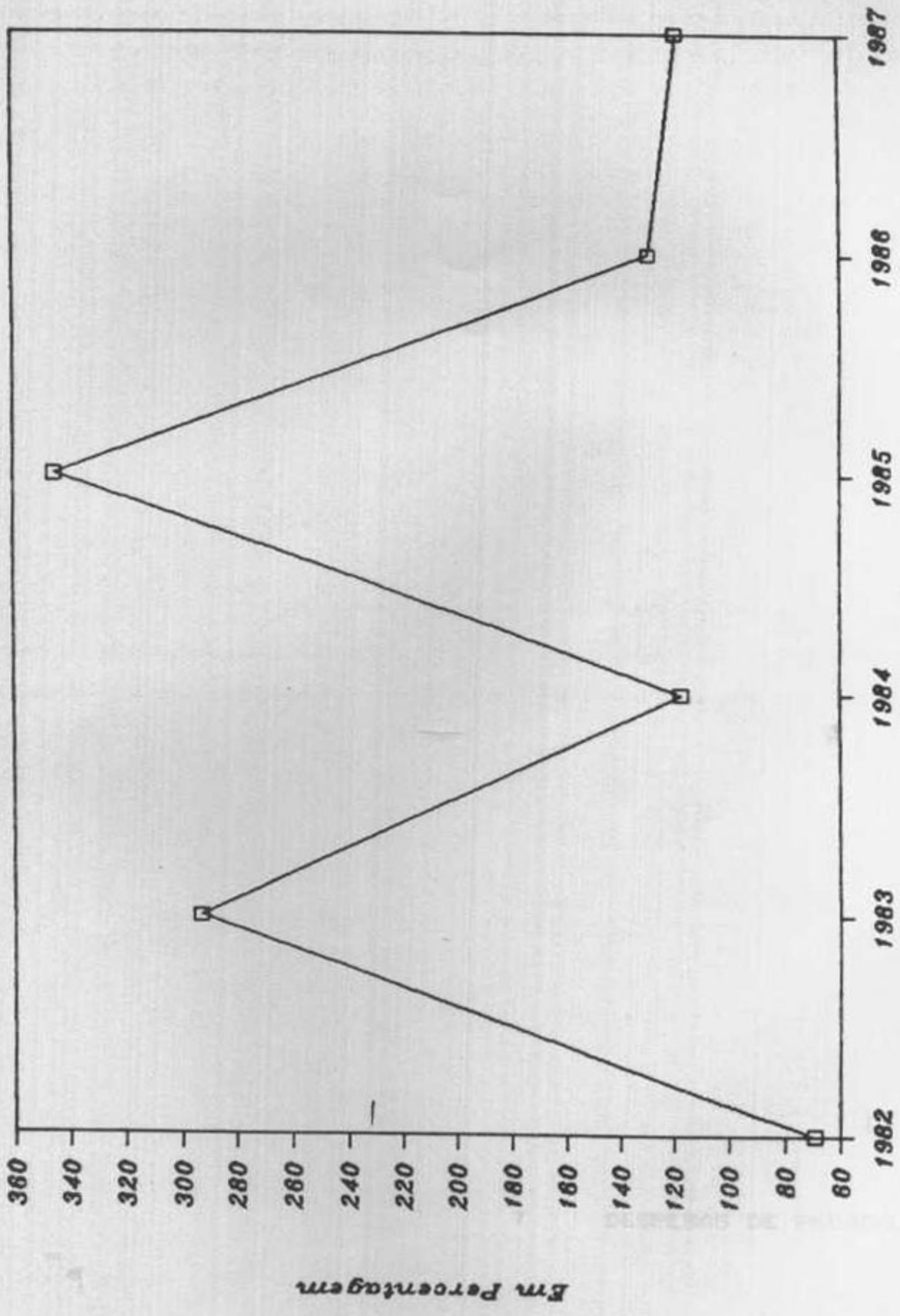
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Encarg. da Div. s/ Desp. Oper. Cred.



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Service Div.s/Receita Op.Cred.

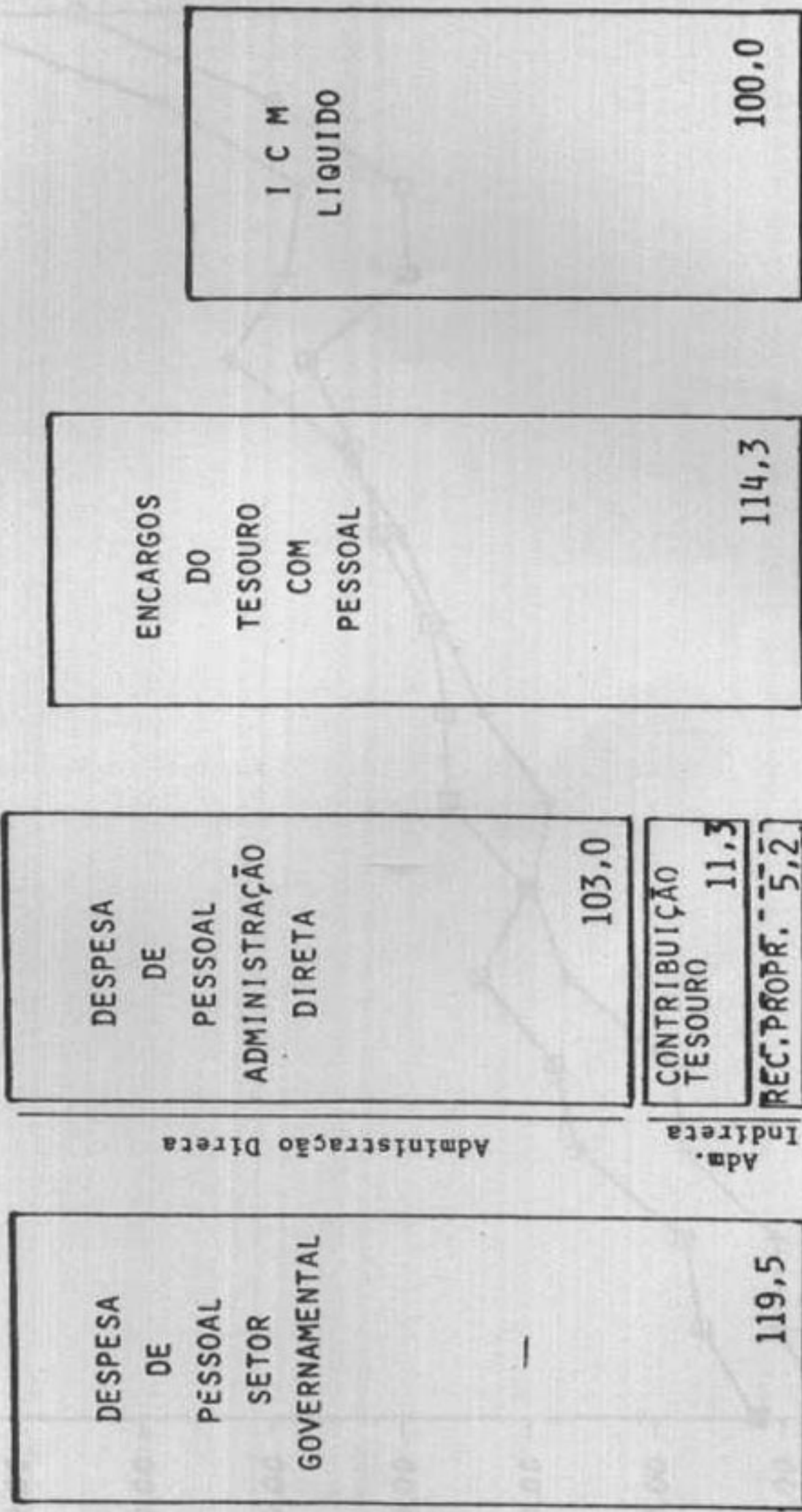


COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

POSTOÇÃO EM 1985

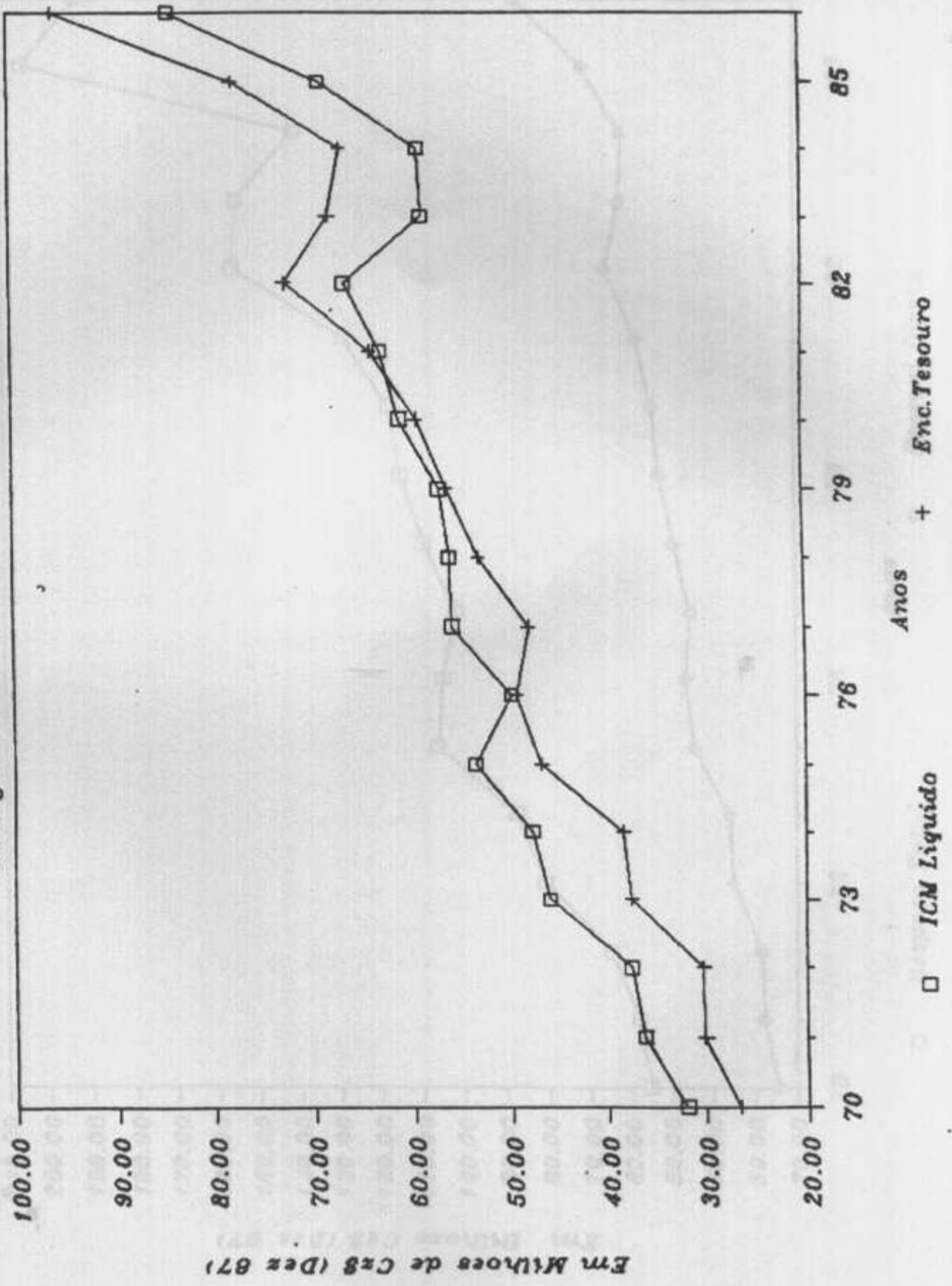
DESPESA DE PESSOAL GOVERNAMENTAL	119.5		
DESPESA DE PESSOAL ADMINISTRATIVO	103.0		
ENCARGOS DO TESOUREIRO COM PESSOAL	114.3		
DESPESA DE PESSOAL	109.0		

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS DE PESSOAL
 POSIÇÃO EM 1986



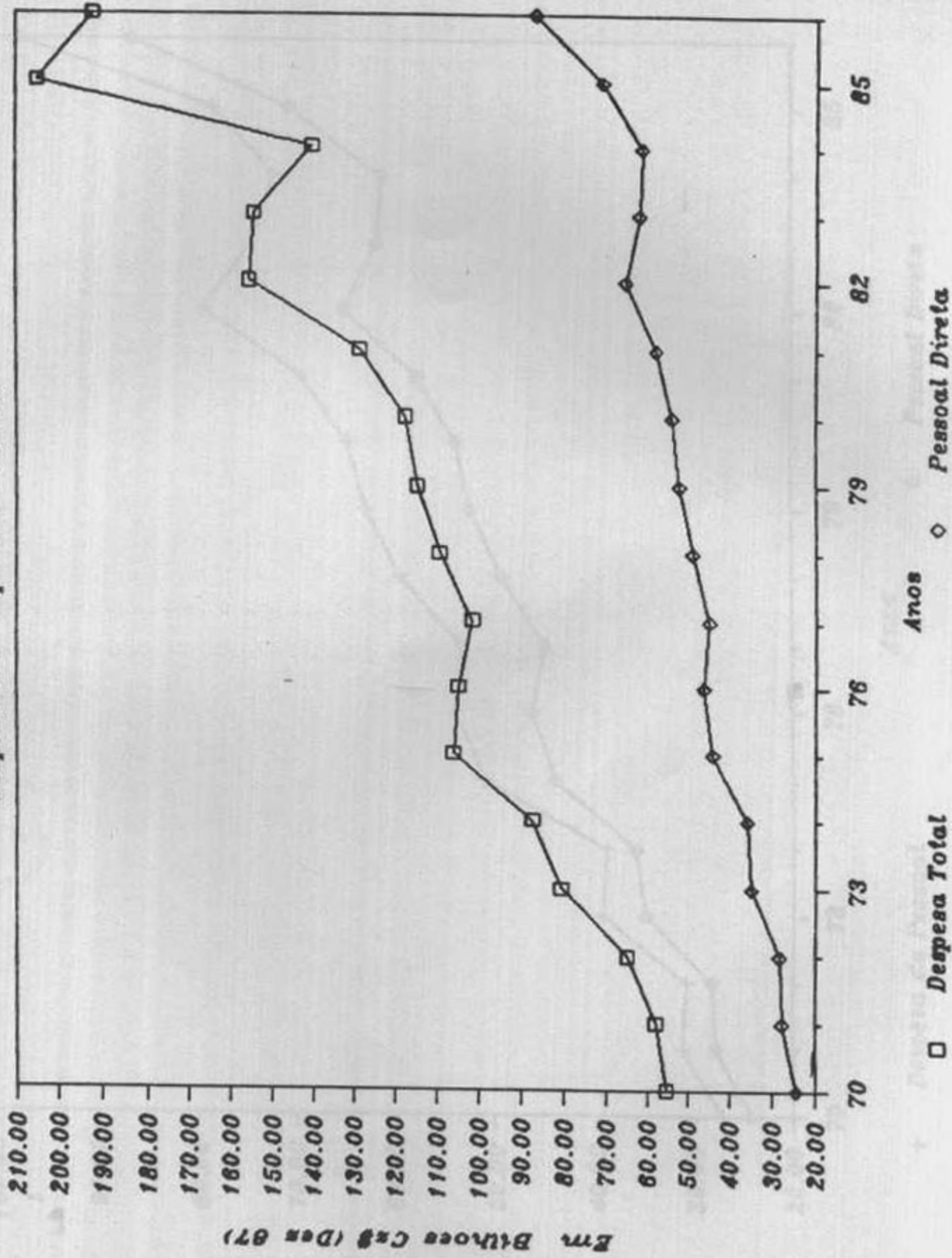
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Encarg.do Tesouro Pessoal x ICM Liquido



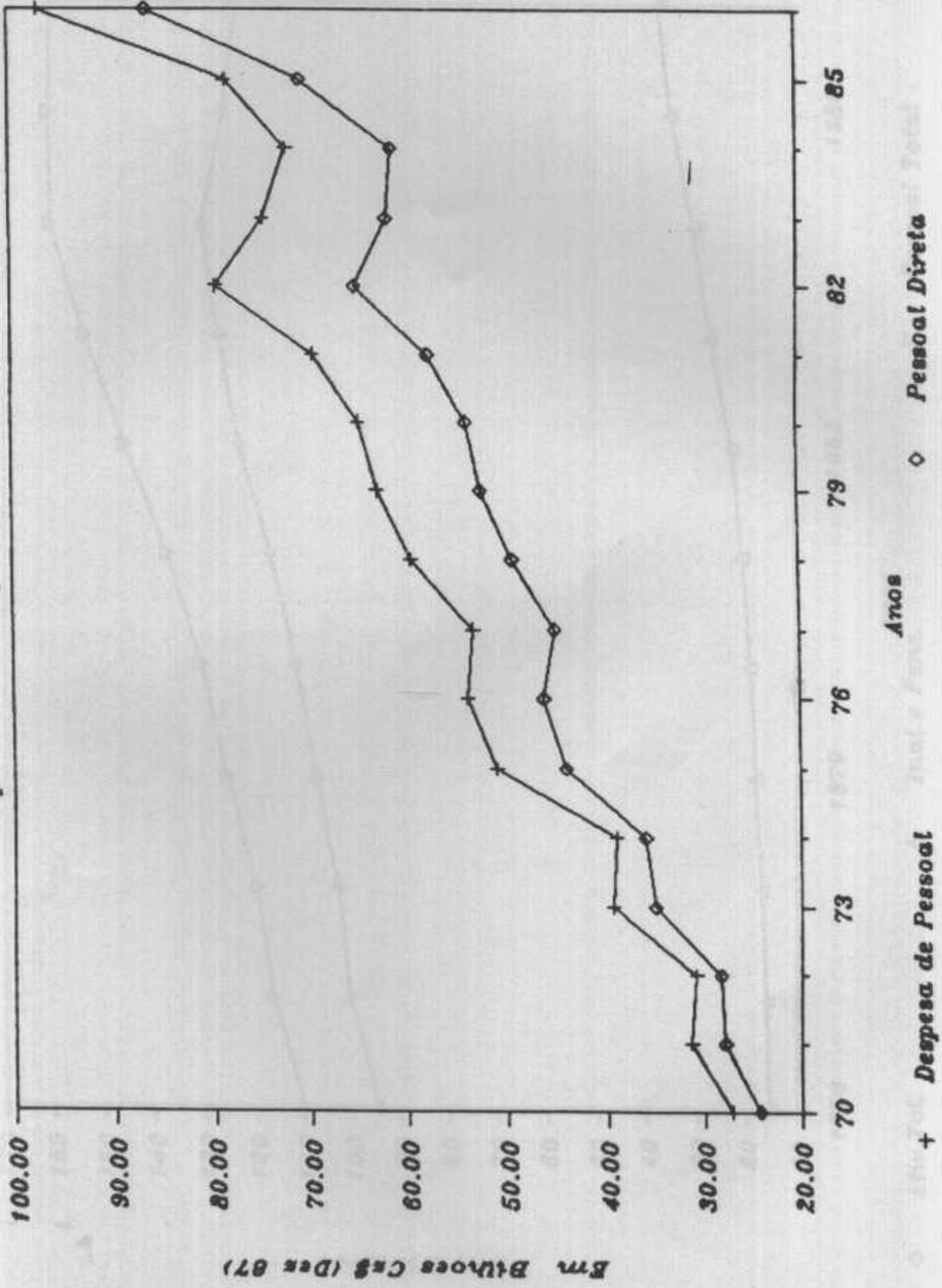
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Desp. Total x Desp. Pessoal Direta



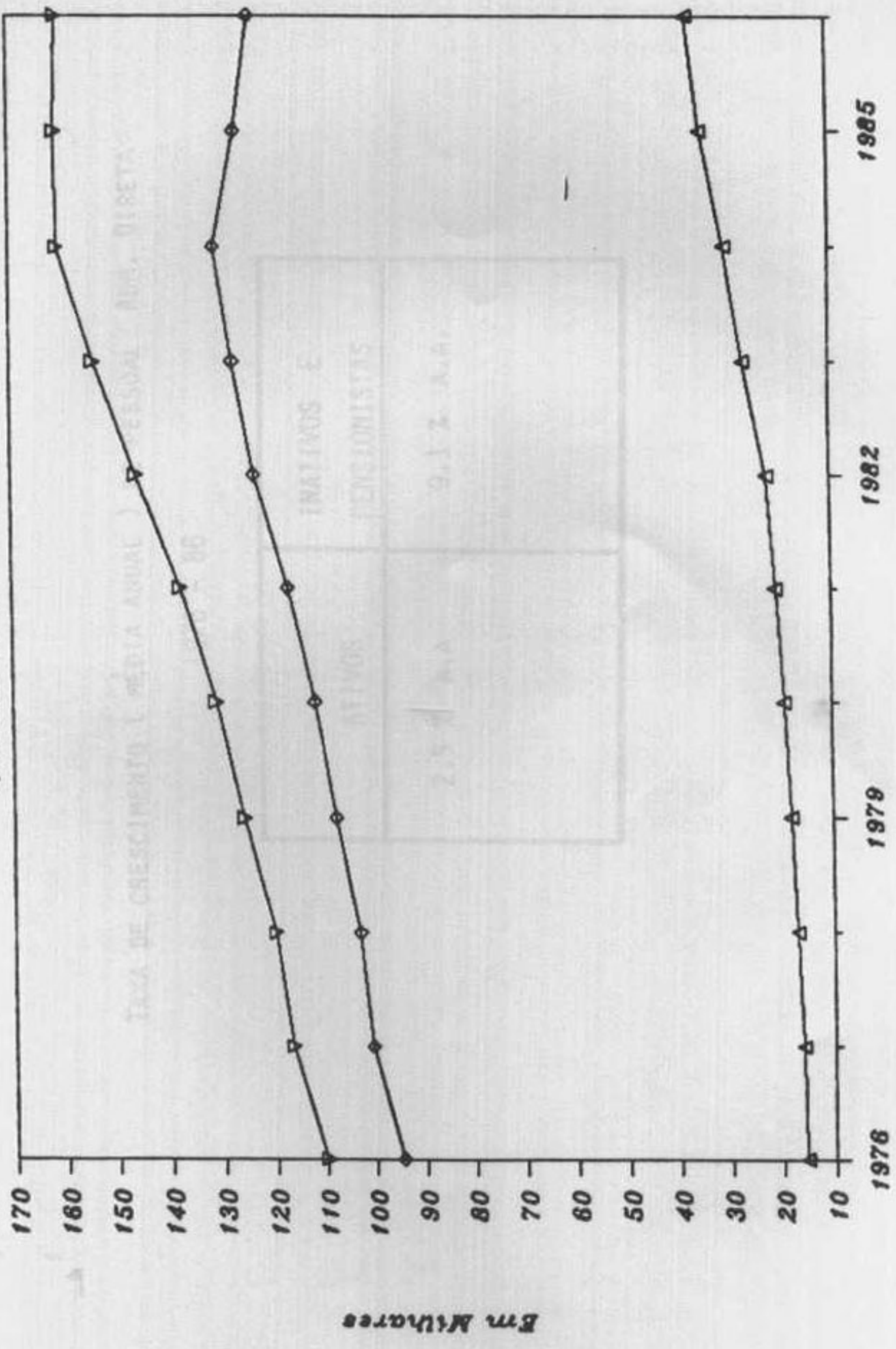
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Desp. Pessoal x Desp. Pessoal Direta



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Quantidade de Pessoal



◇ Ativ. Tot.

△ Inat. e Pens.

Anos

▽ Pessoal Total

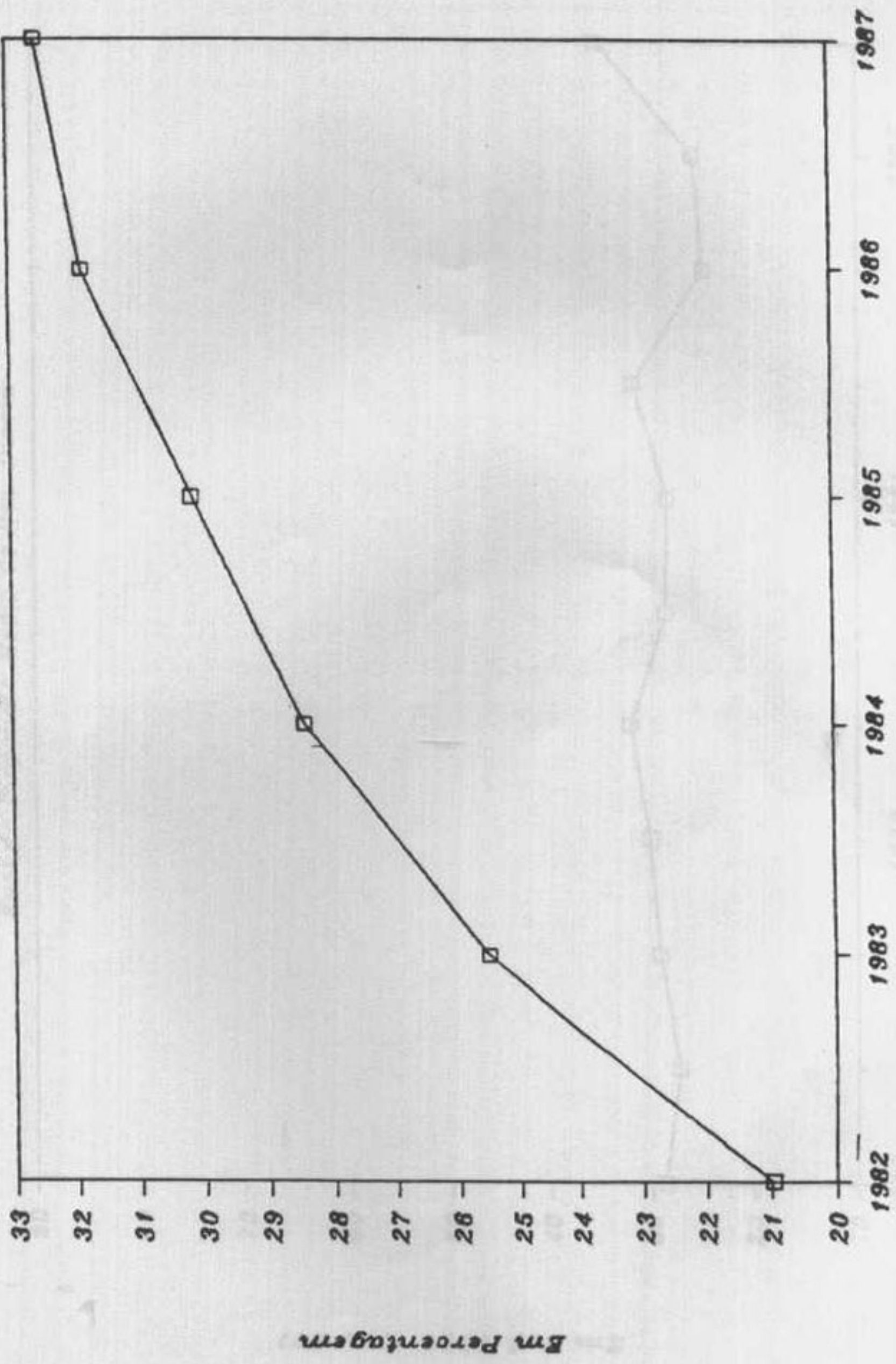
TAXA DE CRESCIMENTO (MÉDIA ANUAL) DE PESSOAL ADM. DIRETA

1976 - 86

ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS
2,5 % A.A	9,1 % A.A.

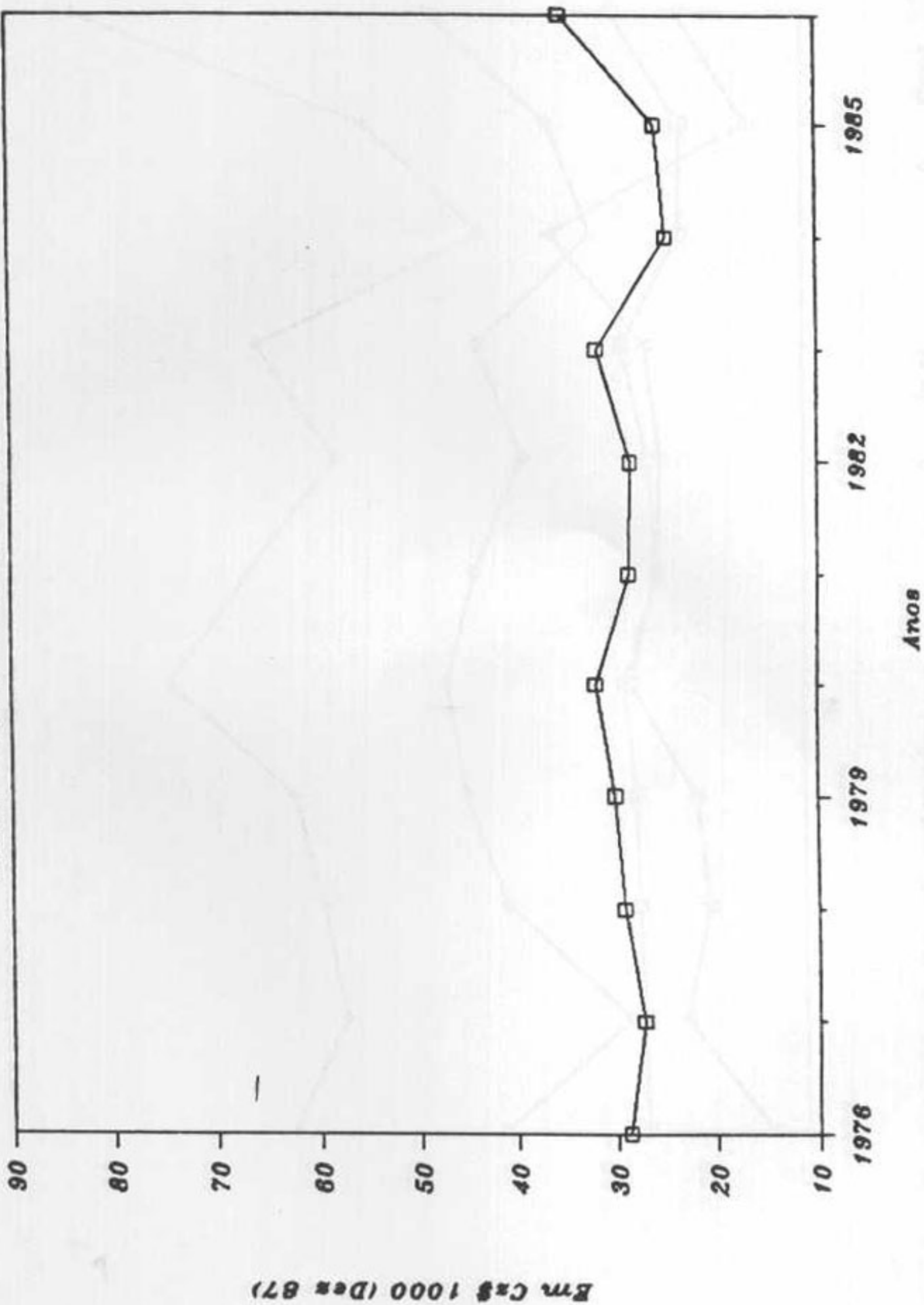
Diagnostico do Setor Publico no RGS

Inativos Liq.e Pens.s/ICM Liq.



Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolução do Dispendio Medio de Pes. Direta

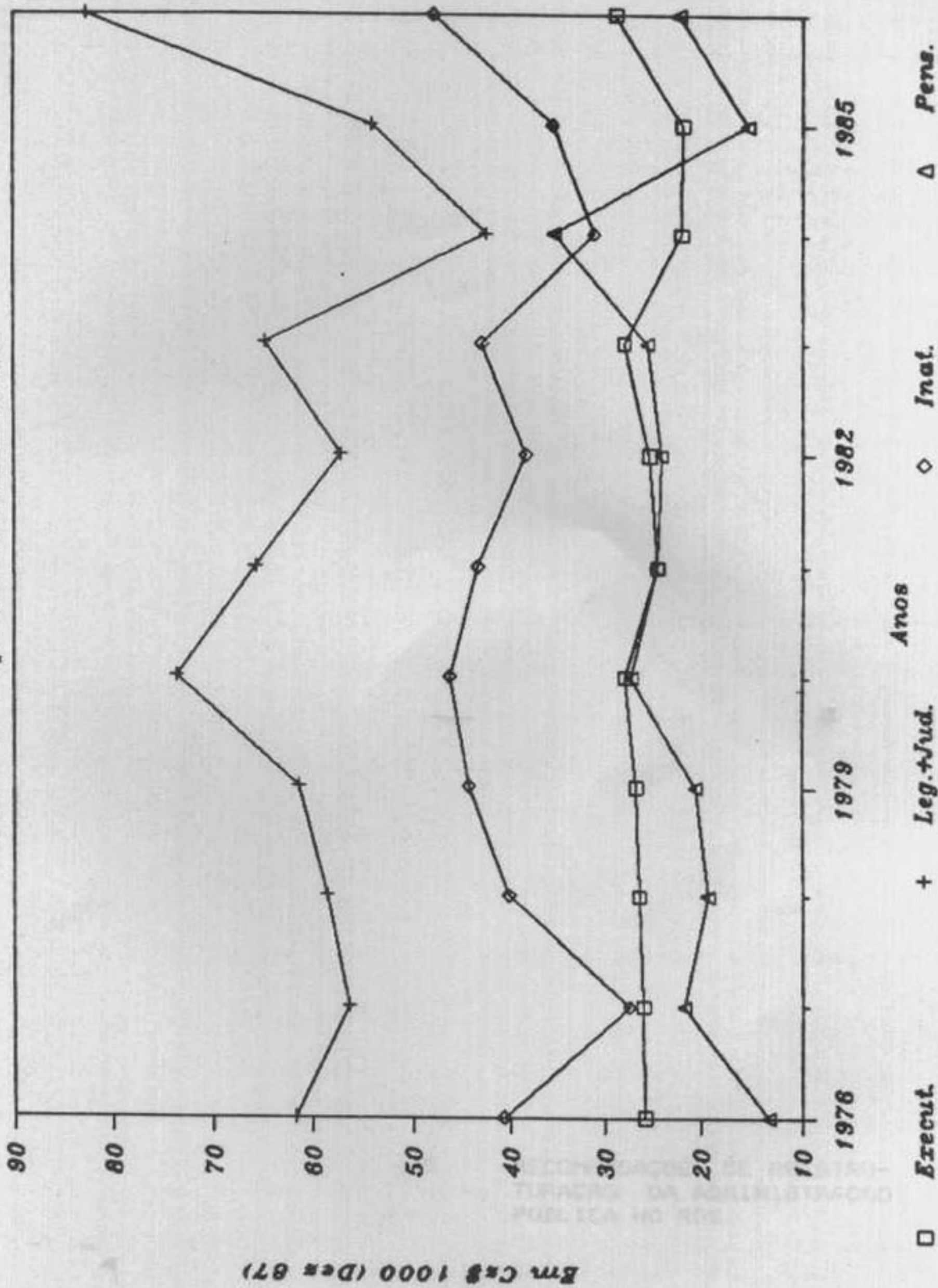


Rm Cs\$ 1000 (Des 87)

Anos

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao do Dispendio de Pessoal Medio



□ Execut. + Leg.+Jud. ◊ Inat. Δ Pens.

Ministério de Minas e Geologia - Conselho Administrativo

... para o setor público, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública. O presente documento tem por objetivo apresentar as recomendações de reestruturação da administração pública, no âmbito nacional, em conformância com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

2. QUANTO AS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

8 RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RGS

... a reestruturação da administração pública, em especial o setor público no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvido de maneira adequada e eficiente, em consonância com as necessidades da sociedade brasileira e com os princípios da administração pública.

B.1 RECOMENDAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Quanto às funções de Recursos Humanos e Modernização Administrativas.

A solução para os problemas que afetam o Setor Público no Brasil, de uma forma geral, tem relação não só com os aspectos tributários (carga tributária e nível de atividade econômica) e financeiros (endividamento), mas está também intimamente associada à modernização da administração pública. É impossível pensar na melhoria de qualidade do serviço prestado pelo Setor Público e respeito do desempenho econômico, no estado anacrônico que se encontra hoje.

A modernização do Setor Público passa por 4 pontos principais:

- formação de recursos humanos;
- montagem de um eficiente sistema de informações que atenda às necessidades das decisões de Governo;
- reorganização da estrutura do Estado de acordo com redefinições de seu papel e funções; e
- reconstituição das atividades de planejamento de médio e longo prazos.

Nesse sentido recomendamos que a Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa passe a ter o status de Assessoria do Governador, vinculando-se a ela, além do IPERGS, FDRH e CORAG, também a PROCERGS. A esta nova estrutura da Secretaria caberia:

- formação de quadros capacitados ao Setor Público;
- estudo e reformulação das questões relativas às relações do trabalho na Administração Pública;
- sistema de informações de pessoal ativo e inativo, inclusive informações previdenciários;
- sistema de informações gerenciais de Governo, em atendimento às suas metas.

B.2 QUANTO AS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO

Como observado anteriormente, a modernização do Setor Público passa pela reconstituição das atividades de planejamento de médio e longo prazos, com a fixação de metas tanto para o Setor Público como para a economia como um todo. No Rio Grande do Sul, especificamente, as atividades de Planejamento estão dissociadas das atividades de orçamento, que estão hierarquicamente vinculadas à Secretaria da Fazenda através do Gabinete de Orçamento e Finanças (GOF). A nosso ver o GOF deveria estar vinculado à Secretaria de Planejamento para que o orçamento, tanto da Administração Direta como da

Administração Indireta, fosse utilizado como instrumento de planejamento do Governo Estadual.

8.3 QUANTO AS FUNÇÕES DE FOMENTO E SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Além da extinção do INSTUCARNES, da transferência da AGASA e da PROGASA para cooperativas de produtores, e da VINOSUL e Festa da Uva para as Prefeituras Municipais de suas sedes (em andamento), recomendamos:

- transferir o IRGA para uma cooperativa de produtores ou uma associação da classe;
- preparar a CORLAC para ser privatizada;
- integrar as atividades de armazenamento do DEFREC à CESA, e
- transferir a CR-TUR para uma estrutura independente que seria responsável pelas funções de Turismo e Cultura (vide item 2.d).

Assim, as estruturas básicas e as entidades vinculadas às Secretarias de Agricultura e Abastecimento (CESA e Fundação Zoobotânica) e Indústria e Comércio (BRDE, BADESUL e CEDIC) estariam voltadas ao cumprimento de suas funções essenciais de fomento e suporte ao desenvolvimento econômico regional.

Considerando-se que o desenvolvimento tecnológico representa um papel fundamental no desenvolvimento econômico, poderia se pensar ainda na fusão da Secretaria de Ciência e Tecnologia à Secretaria de Indústria e Comércio (BNDE, BADESUL, CEDIC FAPERGS e CIENTEC).

A ação coordenada de fomento e suporte ao desenvolvimento da agricultura, agro-indústria e indústria (incluindo-se aqui tecnologia) deveria se dar através do Conselho Estadual de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

8.4 QUANTO AS FUNÇÕES DE PROMOÇÃO DO TURISMO E CULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

As funções de Turismo e Cultura estão desagregadas nas Secretarias de Indústria e Comércio (CR-TUR) e Educação (IGTF, OSPA, TVE e Teatro São Pedro).

Nossa recomendação é a criação de uma Secretaria de Turismo e Cultura que agregue a CR-TUR, TVE e o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF). A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) e o Teatro São Pedro poderiam ser transferidas para o município de Porto Alegre (vide Operação Desmonte).

8.5 QUANTO AS FUNÇÕES SOCIAIS

A estrutura da Secretaria de Trabalho, Ação Social e Comunitária engloba uma empresa de habitação (COHAB) e 3 fundações de caráter social (FEBEM, FGT e FUNDASUL).

A nosso ver a Fundação Rio Grandense de Assistência "Senador Tarso Dutra" - FUNDASUL e a Fundação Gaúcha do Trabalho - FGT por atuarem, basicamente, junto a mesma parcela da população, poderiam ser integradas numa única Fundação de Assistência Social.

A COHAB deveria ser integrada à função de desenvolvimento e ocupação de solo urbano, pois as maiores carências habitacionais concentram-se na região metropolitana, o que demanda um trabalho coordenado com a ALTROPLAN (vide item 2.f).

B.6 QUANTO AS FUNÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

As atividades da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas abrangem a CEDRO - Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras, que está em fase de liquidação, o saneamento básico através da CORSAN e as atividades relacionadas à ocupação do solo urbano da região metropolitana de Porto Alegre (METROPLAN).

Nossa proposta é transferir a COHAB para a estrutura desta Secretaria com o objetivo de integrar sua política de atuação à da METROPLAN na solução dos problemas de carência habitacional, que se concentram na região metropolitana.

Este conceito mais amplo de desenvolvimento regional, habitação e urbanismo deveria englobar também as atividades relacionadas ao Meio Ambiente, que no Rio Grande do Sul estão vinculadas à área de Saúde.

A CORSAN foi analisada sob o enfoque da Operação Desmonte.

As ilustrações de 39 a 47 esquematizam as propostas aqui detalhadas.

ORGANOGRAMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ESTRUTURA BASICA

Governador

Senado

Conselhos

Secretarias

510722

GABINETE - PROPOSTA

GABINETE - SITUAÇÃO ATUAL

Secretaria de Recursos Humanos e Moebr
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Gabinete do Vice-Governador

Casa Civil

Casa Militar

Procuradoria Geral do Estado

Procuradoria Geral da Justiça

Secretaria Especial do Governo

Secretaria Especial para Assuntos Internacionais

Assessoria de Condições Sociais

Secretaria de Coordenação e Planejamento

FEF - Fundação de Economia e Estatística

COFOP - Companhia de Fomento e Investimentos

suigaboa

SITUATION ACTUAL

GABINETE - PROPOSTA

Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa

FORH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

IPERES - Instituto de Previdência

CORAG - Cia. Rio Grandense de Artes Gráficas

PROCERES - Cia. de Processamento de Dados

Secretaria de Coordenação e Planejamento

FEE - Fundação de Economia e Estatística

COF - Gabinete de Orçamentos e Finanças

CONSELHOS - SITUAÇÃO ATUAL

- Conselho Estadual de Promoção do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
- Conselho Estadual de Política Social e Consumidor
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural

suiconsa

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIAS DE ESTADO - SITUAÇÃO ATUAL

Secretarias



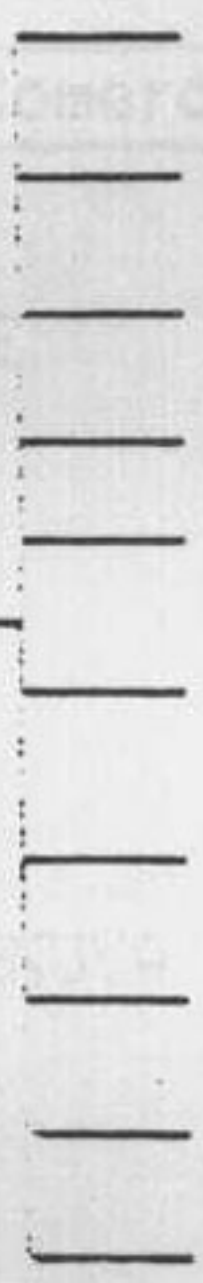
- Fazenda
- Agricultura e Abastecimento
- Industria e Comercio
- Energia, Minas e Comunicações
- Transportes
- Educacao
- Trabalho, Ação Social e Comu-
nitaria
- Interior, Desenvolvimento Re-
gional e Obras Publicas
- Rec. Humanos e Modernizacao
Administrativa
- Ciencia e Tecnologia
- Justica
- Seguranca
- Saude e Meio Ambiente

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIAS DE ESTADO - PROPOSTA

SECRETARIAS ATUAIS

PROPOSTA



- Fazendas
- Agricultura e Abastecimento
- Industria, Comercio, Ciencia e Tecnologia
- Energia, Minas e Comunicacoes
- Transportes
- Trabalho, Acao Social e Consumidor
- Desenvolvimento Regional e Urbano
- Justica
- Seguranca
- Saude

Secretarias

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SITUACAO ATUAL

indust. e Comercio

BRDE

AGASA

BADESUL

PROGASA

CEDIC

VINOSUL-FENUVA

OR-FUR

COALAC

PROPOSTA

indust., Comercio,
Ciencia e Tecnologia

BRDE

BADESUL

CEDIC

FAPERGS

CIENTEC

Indosapr

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

PROPOSTA

SITUACAO ATUAL

Educação e
Cultura

- Escola Técnica
- Atendimento Excepcional
- IGTF
- OSPA
- Teatro São Pedro
- TVE

PROPOSTA

Turismo e
Cultura

- IGTF
- TVE
- CR-TUR

OUTSAPY

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

SITUAÇÃO ATUAL

Trabalho, Ação Social
e Comunitária

COHAB

FEBEM

FGT

FUNDASUL

Saúde e Meio Ambiente

PROPOSTA

Desenvolvimento
Regional e Urbano

CORSAN

METROPLAN

COHAB

MEIO AMBIENTE

300587

1

ORGANOGRAMA ATUAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA



ILUSTRAÇÃO 48

Q*) exclui Brasília

Período	ATE 1940	1950 - 1960	1960 - 1970	1970 - 1980	+ 1980
S E C R E T A R I A S	<ul style="list-style-type: none"> • Fazenda (2784) • Agricultura (4843) • Educação (87540) • Justiça (1856) • Interior (496) 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e Ação Social (173) • Saúde e Meio Ambiente (8982) • Transportes (98) • Segurança (7455) (*) • Indústria e Comércio (64) • Energia Minas e Comunicação (33) • Administração (408) 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento (240) 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo (desativada) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência e Tecnologia
A U T A R Q U I A S	<ul style="list-style-type: none"> • DAE (128) • DAER (6223) • TRCA (716) • IPERGS (2019) • INSTUCABRES (14) 	<ul style="list-style-type: none"> • DEPREC (2211) 	240	0	-
F U N D A Ç Õ E S	<ul style="list-style-type: none"> • CIDERTEC (471) 	<ul style="list-style-type: none"> • BARRISUL Armazens Gerais (31) 	<ul style="list-style-type: none"> • FAPERGS (22) • FUNDASUL (Assistência) (741) • FCT (595) • OSPA (147) • FERZIN (1429) • Escola Técnica (114) 	<ul style="list-style-type: none"> • FEE (319) • FDRR (213) • Atendimento Excepcional (252) • METROPLAN (655) • Zootécnica (244) • Instituto Gêcho Tradição e Folclore (40) 	<ul style="list-style-type: none"> • TVE (293) • Teatro São Pedro (30)
E M P R E S A S	<ul style="list-style-type: none"> • BARRISUL (9931) • Cia União de Seguros (996) 	<ul style="list-style-type: none"> • CESA (808) • CIRTEA (923) • CORAB RS (571) • PROGASA (43) • CORSAM (3364) + CIEL (51) (*) • CAIXA ECONÔMICA (5429) • ACASA (163) • CRT (6857) • CERE (11746) • BARRISUL FINANCEIRA (147) • CBM (1313) • B.P. DADOS (1052) 	<ul style="list-style-type: none"> • 3048 	<ul style="list-style-type: none"> • 1773 	<ul style="list-style-type: none"> • 325
	<ul style="list-style-type: none"> • 97519 • 9100 • 471 • 10927 	<ul style="list-style-type: none"> • 17213 • 2211 • 31 	<ul style="list-style-type: none"> • 34467 	<ul style="list-style-type: none"> • 3185 	<ul style="list-style-type: none"> • 52
			<ul style="list-style-type: none"> • ACUSA (1) • BARRISUL Corretora (149) 	<ul style="list-style-type: none"> • CORLAC (StB Maria) (52) 	<ul style="list-style-type: none"> • TOTAL GERAL 64

2 BANCO DE DADOS (TABELA DOS DADOS UTILIZADOS NA ANÁLISE)

1.466 TABAC 103 DO

Indicadores de Financas Publicas 1970/1986

ANO	POUPANCA PROPRIA CORRENTE (1)					CAPACIDADE DE INVESTIMENTO (2)					INDICE DE EMPLOYMENTO (3)					GRAU DE DEPENDENCIA (4)					
	REGIMAO SUL					REGIMAO SUL					REGIMAO SUL					REGIMAO SUL					
	BRASIL	PR	SC	RS	BRASIL	PR	SC	RS	BRASIL	PR	SC	RS	BRASIL	PR	SC	RS	BRASIL	PR	SC	RS	
1970	0.13	0.19	0.28	0.14	0.24	0.24	0.39	0.19	0.08	0.10	0.10	0.04	0.15	0.06	0.17	0.05	0.15	0.06	0.17	0.05	
1971	0.12	0.14	0.26	0.09	0.25	0.20	0.37	0.15	0.10	0.24	0.24	0.04	0.17	0.07	0.16	0.06	0.17	0.07	0.16	0.06	
1972	0.10	0.19	0.27	0.13	0.25	0.24	0.38	0.19	0.11	-	0.24	0.07	0.19	0.06	0.18	0.07	0.20	0.06	0.18	0.07	
1973	0.14	0.26	0.29	0.08	0.28	0.32	0.41	0.17	0.09	-	0.02	0.07	0.20	0.08	0.20	0.11	0.20	0.08	0.20	0.11	
1974	0.14	0.29	0.36	0.02	0.30	0.35	0.47	0.14	0.12	0.06	0.09	0.18	0.21	0.08	0.21	0.13	0.21	0.08	0.21	0.13	
1975	0.05	0.26	0.26	-0.04	0.24	0.32	0.43	0.08	0.27	0.14	0.47	0.27	0.24	0.08	0.28	0.12	0.24	0.08	0.28	0.12	
1976	-0.01	0.31	0.15	-0.13	0.22	0.36	0.36	0.01	0.25	0.13	0.33	0.24	0.28	0.07	0.34	0.14	0.28	0.07	0.34	0.14	
1977	0.07	0.24	0.20	-0.04	0.29	0.33	0.40	0.10	0.11	0.03	0.18	0.16	0.31	0.13	0.33	0.12	0.31	0.13	0.33	0.12	
1978	0.03	0.21	0.29	-0.11	0.25	0.31	0.45	0.06	0.19	0.27	0.52	0.31	0.30	0.15	0.28	0.18	0.30	0.15	0.28	0.18	
1979	-0.07	0.14	0.27	-0.15	0.19	0.30	0.41	0.02	0.20	0.32	0.23	0.31	0.38	0.18	0.23	0.18	0.38	0.18	0.23	0.18	
1980	-0.03	0.47	0.29	-0.08	0.23	0.44	0.48	0.06	0.18	0.08	0.18	0.23	0.27	0.21	0.19	0.14	0.27	0.21	0.19	0.14	
1981	-0.04	0.31	-0.13	-0.09	0.23	0.57	0.20	0.05	0.22	0.08	0.44	0.30	0.28	0.19	0.25	0.16	0.28	0.19	0.25	0.16	
1982	-0.10	0.03	-0.04	-0.19	0.16	0.27	0.06	-0.07	0.21	0.12	0.47	0.35	0.30	0.23	0.22	0.14	0.30	0.23	0.22	0.14	
1983	-0.17	0.28	-0.04	-0.35	0.10	0.50	0.13	-0.26	0.17	0.13	0.27	0.19	0.32	0.17	0.18	0.14	0.32	0.17	0.18	0.14	
1984	-0.09	-0.23	-0.04	-0.32	0.19	-0.11	0.20	-0.20	0.05	0.23	0.00	0.40	0.30	0.15	0.25	0.18	0.30	0.15	0.25	0.18	
1985	-0.02	0.15	-0.06	-0.51	0.13	0.38	0.14	-0.41	0.26	0.38	0.07	0.28	0.15	0.20	0.20	0.21	0.15	0.20	0.20	0.21	
1986a	-0.11	0.19	-0.19	-0.30	0.15	0.40	-0.05	-0.17	0.18	0.26	0.13	0.34	0.22	0.18	0.17	0.19	0.22	0.18	0.17	0.19	
1987																					

FONTE: 1970 A 1984 ANUARIOS ESTADISTICOS FINE, 1985 E 1986 SEJ-NE
 BRASIL-1986 EXCLUSIVE MANANHO E TERR. DE PORAINA E AMAPA (BALANÇOS NAO DISPONIVEIS)

Diagrama do Setor Público no RGS

Evolução do PIB Regional, Receita Total, Receita Tributária, Despesa Total e Deficit 1970/1987
 Administração Direta
 Em Valores Nominais (Cr\$ 1000)

ANO	PIB Nominal		PIB Base 100		REC. TOT.	REC. TRIB.	DCSP TOTAL	REC TOT/ PIB	REC TRIB/ PIB	DCSP TOT/ PIB	DEFICIT/ PIB
	RS	BR	RS	BR							
70	16532	194389	100,00	100,00	1475	1131	1556	8,9	7,1	9,4	-0,49
71	22206	260393	111,57	111,26	1920	1629	1957	8,6	7,3	8,8	-0,17
72	28882	348605	121,88	125,11	2497	2009	2579	8,6	7,0	8,9	-0,28
73	42638	487151	146,58	142,45	3497	2740	3672	8,2	6,4	8,6	-0,41
74	58669	713524	155,29	154,81	4920	3658	5116	8,1	6,0	8,4	-0,32
75	8263	106348	162,41	162,81	7531	5202	7956	8,8	6,2	9,3	-0,50
76	131845	1626349	170,10	178,45	9775	6989	11097	7,4	5,3	8,4	-0,99
77	196770	2487465	173,69	186,73	14668	11001	15334	7,5	5,6	7,8	-0,34
78	270637	3620927	184,70	195,70	23346	15338	22910	8,0	5,3	7,9	0,15
79	476427	6041457	194,25	209,49	35705	24089	36986	7,5	5,1	7,8	-0,25
80	978230	12639293	200,88	229,52	73051	51524	75854	7,5	5,3	7,8	-0,29
81	1980070	24737492	210,63	223,79	167933	110062	174149	8,5	5,6	8,8	-0,31
82	3930753	48107762	212,74	221,61	300455	229373	411543	7,7	5,8	10,5	-0,79
83	9741811	118194847	209,81	216,49	742689	512823	1040299	7,6	5,3	10,7	-3,05
84	20952681	287967701	214,89	223,99	2584319	1652393	3028671	8,3	5,3	9,8	-1,44
85	18226326	1404077084	211,77	247,73	9297116	6267021	14419700	9,1	6,1	14,1	-5,01
86	267211089	3687472140	221,66	260,15	29064412	19016417	32506731	10,7	7,1	12,2	-1,29
87	901664230	12030830000	230,30	261,34	98279965	49183073	94484563	10,0	5,5	10,5	-0,47

Fonte: FEE - Secretaria da Fazenda

ILUSTRACIO 53

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolução da Receita e Despesa por Itens 1970, 1975, 1980 e 1982 a 1986 (*)

Itens	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. Receita Corrente	1394	5914	64339	133537	293388	651424	2440968	7763598	23391214
2. Despesa Corrente	1201	5838	59461	132765	321395	844478	2442633	12262893	27537430
3. Resultado Corrente (1-2)	189	76	1278	572	-2847	-19454	-433765	-4499290	-4145716
4. Receita Capital	65	1617	12712	34787	87467	91265	574449	1537510	5673198
5. Despesa Capital	355	2118	16793	41184	94147	199321	585429	2154002	4969740
6. Resultado Capital	-270	-501	-4081	-6797	-3080	-108056	-14089	-622294	703498
7. Resultado Geral (3+6)	-81	-425	-2803	-6215	-31007	-297614	-444354	-5122594	-3442368
8. Deficit/Receita (7/(1+4))	5.49%	5.64%	3.94%	3.74%	9.17%	44.87%	17.19%	55.19%	11.54%

Fonte: DAGE - Secretaria da Fazenda

(*) em valores correntes (Cz\$ 1000)

ILUSTRACIO 53

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucão da Receita e Despesa por Itens 1970, 1975, 1980 e 1982 a 1986 (*)

Itens	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1.Receita Corrente	1378	5914	68339	133537	293388	651424	2449968	7763599	23391214
2.Despesa Corrente	1291	5838	59461	132765	321395	844478	2443633	12262893	27537920
3.Resultado Corrente (1-2)	189	76	1278	572	-2847	-19054	-433765	-4499390	-4145766
4.Receita Capital	65	1617	12712	34767	87467	91265	574440	1573510	5673198
5.Despesa Capital	355	2118	16793	41184	94147	199021	585873	2164802	4068700
6.Resultado Capital	-270	-501	-4081	-6717	-2000	-108556	-10779	-62329	702498
7.Resultado Geral (3+6)	-81	-425	-2802	-6145	-1813	-20762	-64354	-107629	-3442368
8.Deficit/Receita (7/(1+4))	5.49%	5.64%	3.84%	3.74%	9.17%	44.07%	17.19%	55.10%	11.54%

Fonte:CADE - Secretaria da Fazenda

(*) em valores correntes (Cr\$ 1000)

Balanco do Estado - Demonstração de Resultado 2 1932/1937

Administração Direta
Em Valores a Preços de Dez 07 (Cz\$ 1000)

Itens/Anos	1932	1933	1934	1935	1936	1937
4. Receitas Overc. de Crédito	32831089.2	13514125.0	26537464.8	21775941.4	33471868.2	42341999.2
4.1. ORTE	18333973.6	6787274.9	12735907.6	7151276.2	12301812.7	32433496.6
4.2. Internas	10671552.5	6741008.7	918779.4	13622478.8	20796168.7	9999694.0
4.3. Externas	486481.9	0.0	12610705.8	654861.4	4165.4	7272.0
4.4. Diversas	3348351.8	27169.4	72072.0	147325.0	367729.4	96546.6
5. Despesas de Overac. Crédito	22665972.6	39578392.1	31639100.4	75176915.8	43117182.3	50372855.0
5.1. Amortização Dívida	5593901.4	9085552.9	9086662.2	14314111.2	13173727.7	15655764.4
- Interna	891464.4	1148518.1	1488294.6	2486675.6	3025626.2	2148399.0
- Titulos	4247654.4	0454436.6	7920481.8	11227215.8	8430625.7	10638435.8
- Externa	454782.6	216598.2	82885.8	600219.8	2122477.8	2669088.6
5.2. Juros e Encargos	17072071.2	27772839.2	21952438.2	60862004.6	29938452.6	34716079.6
- Interna	15763534.2	28662089.2	20467708.0	58399033.6	28469452.9	33566925.6
- Externa	1308537.0	1110750.0	1430729.4	2463771.0	1468997.7	1149165.0
5.3. Diversas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Resultado de Overc. Crédito	10165107.6	-2664267.1	-4041635.6	-5340074.4	-9445314.1	-7839855.8
7. Investimentos e Reverses	28398616.0	19782863.8	17940060.6	16312463.0	16142500.3	18723861.0
7.1. Invest. Adm. Direta	2441739.3	2219574.7	1171362.4	1318271.2	1904236.8	2010140.2
7.2. Aumento de Capital	7942484.2	7833639.2	4130372.4	3035321.0	2104429.5	2237494.2
7.3. Reverses	17206258.3	9263655.9	12484395.9	10058314.0	12103248.2	11431657.8
- Aularonias	430022.5	487725.4	5986457.4	7728534.6	6265711.5	5524520.4
- Fundações	107096.4	161132.3	146823.6	194525.8	51465.7	103752.0
- Fundos	11144436.3	2674389.8	5475947.8	1705533.6	4603604.8	5246409.6
- Outros	1753092.1	1550607.0	1275166.2	1227720.0	1182466.2	556775.0
7.4. Diversos	705177.0	418974.9	130938.0	1100556.8	34595.8	36568.0
8. Resultado Geral	-11723204.8	-40076337.2	-20529154.8	-72740692.8	-20309971.2	-7566276.4

Fonte: Balanco do Estado

Balanco do Estado - Composicao Receita-Despesa Corrente 1982/1987

Administracao Direta
Em Percentagem

Item/Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1.Receita Corrente	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1.1.Tributaria Estadual	78.2	78.7	82.2	88.7	81.3	73.8
- ICR	74.8	75.6	79.0	77.8	75.8	68.2
-Outros	3.4	3.1	3.3	2.9	5.5	5.6
1.2.Tributaria Federal	5.1	9.8	11.9	14.1	12.0	10.5
1.3.Patrimonial	10.0	6.4	0.4	0.9	2.3	8.7
1.4.Diversas Rec.Correntes	2.5	1.9	2.2	2.0	1.6	2.0
-Indenizacoes	2.3	1.6	2.0	1.7	1.4	1.7
-Outras	0.2	0.3	0.3	0.2	0.2	0.2
1.5.Outras Arrecadaoes	1.3	2.6	2.3	2.0	1.6	1.9
1.6.Convenios Federais						
2.Despesas Correntes	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
2.1.Custeio	69.3	71.7	73.0	60.2	72.6	72.4
-Pessoal Alivo	45.7	46.6	45.8	41.7	43.9	43.2
-Inativos	15.0	16.6	19.5	19.1	20.7	22.1
-Civis	9.6	11.3	12.5	13.2	14.8	0.0
-Militares	3.2	3.0	4.2	3.3	3.0	0.0
Ferrv.Uniap	1.7	1.8	1.8	1.6	1.3	0.0
Ferrv.Estado	0.5	0.4	1.0	0.9	0.7	0.0
-Pensionistas	0.8	0.8	0.8	0.9	0.9	0.7
-Pasep	1.2	1.2	0.7	1.3	1.8	0.7
-Outros	6.7	6.6	6.1	5.2	5.3	5.3
2.2.Transf.Entidades	30.7	20.3	27.0	31.0	27.4	27.6
-Autarquias	5.8	4.8	4.8	5.1	3.9	3.5
-Fundacoes	3.3	3.4	2.7	2.7	2.3	2.5
-Fundos	0.3	0.3	0.4	0.4	0.3	0.3
-Municípios	13.6	17.0	16.4	15.9	18.6	20.0
-Outros	2.5	2.7	2.6	7.8	2.3	1.3

Fonte: Balanco do Estado

Balanco do Estado - Composicao Receita-Despesa Oper.Cred. 1982/1987
Administracao Direta
Em Percentagem

Item/Ano	1982	1983	1984	1985	1986	1987
4.Receitas Operac. de Credito	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
4.1. URFTE	55.8	50.2	43.7	32.8	36.3	76.3
4.2. Internas	32.5	49.6	3.5	63.5	62.1	23.5
4.3. Externas	1.5	0.0	47.5	3.0	9.9	0.0
4.4. Diversas	10.2	0.2	0.3	0.7	1.1	0.2
5. Despesas de Operac. Credito	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
5.1. Amortizacao Divida	24.7	24.0	29.3	19.0	39.6	31.1
- Interna	3.9	2.9	3.5	3.3	7.0	4.3
- Titulos	18.7	21.4	25.5	14.9	19.6	21.5
- Externa	2.0	0.5	0.3	0.8	4.9	5.3
5.2. Juros e Encargos	75.3	75.2	70.7	81.0	69.4	63.9
- Interna	69.5	72.4	65.9	77.7	66.0	66.6
- Externa	5.0	2.0	4.3	3.3	3.4	2.3
7. Investimentos e Repasses	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
7.1. Invest. Adm. Direta	8.6	11.2	6.7	8.1	11.8	10.8
7.2. Aumento de Capital	28.0	39.8	23.0	18.6	13.0	28.0
7.3. Repasses	60.9	46.0	69.6	66.6	75.9	61.1
- Antarquias	15.1	24.7	33.4	47.4	38.8	29.5
- Fundacoes	0.4	0.0	0.8	1.2	0.3	0.6
- Fundos	39.2	13.5	28.3	16.5	26.5	28.0
- Outros	6.2	7.8	7.1	7.5	7.3	3.0
7.4. Diversos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
7.4.1. Diversos	2.5	2.1	0.7	6.7	0.2	0.2

Fonte: Balanco do Estado

Balanco do Estado - Demonstracao de Resultado 1 1982/1987
 Administracao Direta
 Em Percentagem (1982=100%)

Itens/Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Receita Corrente	100,00	87,20	83,93	99,64	124,74	100,43
1.1. Tributaria Estadual	100,00	87,81	80,26	192,89	129,71	102,35
- ICR	100,00	88,10	80,56	103,63	126,40	98,00
- Outros	100,00	91,34	81,54	86,16	203,79	181,64
1.2. Tributaria Federal	100,00	168,27	197,19	277,37	294,99	225,67
1.3. Patrimonial	100,00	56,16	3,39	9,44	29,11	74,49
1.4. Diversas Rec. Correntes:	100,00	66,34	75,76	78,71	80,45	86,33
- Indenizacoes	100,00	60,71	71,55	75,12	71,40	82,67
- Outras	100,00	132,96	125,60	121,11	152,00	129,66
1.5. Outras Arrecadaoes	100,00	179,34	159,79	156,66	159,25	162,60
1.6. Convenios Federais	100,00	16,56	27,06	9,56	49,45	110,94
2. Despesas Correntes	100,00	90,95	87,34	108,70	127,28	96,98
2.1. Custo	100,00	94,06	91,90	107,01	133,20	101,20
- Pessoal Alivo	100,00	92,81	87,62	99,30	122,27	91,73
- Inativos	100,00	100,44	113,50	130,17	175,02	144,73
- Civis	100,00	106,90	113,09	149,26	196,43	0,00
- Militares	100,00	86,02	115,57	112,59	150,83	0,00
Ferry. Uniao	100,00	97,65	89,63	101,46	95,53	0,00
Ferry. Estado	100,00	77,07	194,91	219,25	200,13	0,00
- Pensionistas	100,00	90,63	93,52	124,69	146,40	91,44
- Pases	100,00	92,35	53,82	126,42	199,01	57,45
- Outros	100,00	88,96	79,09	84,54	101,25	76,43
2.2. Transf. Entidades	100,00	83,92	77,92	112,74	113,06	87,42
- Autarquias	100,00	75,44	71,82	94,06	84,70	58,68
- Fundacoes	100,00	94,45	77,50	83,76	99,56	73,47
- Fundos	100,00	87,21	99,00	121,82	106,25	97,79
- Municipios	100,00	82,31	76,63	92,70	127,03	107,30
- Outros	100,00	97,53	80,16	332,77	117,62	49,79
3. Result. Corrente/Operact.	100,00	77,25	26,30	-46,50	84,14	291,63

Fonte: Balanco do Estado

ILUSTRAÇÃO 59

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Balanco do Estado - Demonstração de Resultado 2 1982/1987
Administração Direta
Em Percentagem (1982=100%)

Itens/Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987
4. Receitas Operac. de Crédito	100.00	41.16	80.83	66.33	181.95	129.58
4.1. ORTE	100.00	37.82	70.56	39.81	67.10	176.74
4.2. Internas	100.00	62.79	8.61	129.53	194.87	93.70
4.3. Externas	100.00	9.88	2594.36	134.72	9.86	1.50
4.4. Diversas	100.00	6.77	2.16	4.41	11.87	2.89
5. Despesas de Operac. Crédito	100.00	174.62	136.94	331.67	190.23	222.24
5.1. Amortização Dívida	100.00	175.27	162.44	255.87	235.59	277.83
- Interna	100.00	177.94	121.18	278.94	339.48	241.88
- Titulos	100.00	197.04	136.47	264.32	187.86	255.16
- Externa	100.00	46.31	18.69	131.98	466.78	586.89
5.2. Juros e Encargos	100.00	174.48	128.59	356.51	175.37	283.35
- Interna	100.00	181.83	129.84	378.47	188.68	212.94
- Externa	100.00	34.08	113.46	188.28	112.26	37.32
5.3. Diversas						
6. Resultado de Operac. Crédito	100.00	-256.41	-44.29	-525.34	-94.89	-77.83
7. Investimentos e Repasses	100.00	69.67	63.17	57.44	56.84	65.93
7.1. Invest. Adm. Direta	100.00	90.77	48.05	53.92	77.87	82.55
7.2. Aumento de Capital	100.00	99.26	52.88	38.22	76.45	65.94
7.3. Repasses	100.00	53.53	72.14	62.74	67.94	66.86
- Antarquias	100.00	113.41	139.19	179.78	185.69	128.45
- Fundações	100.00	150.46	137.87	131.64	98.86	96.88
- Fundos	100.00	24.88	45.55	15.38	41.31	47.88
- Outros	100.00	80.41	72.78	78.11	57.42	31.76
7.4. Diversos	100.00	59.41	18.57	156.87	4.98	5.19
8. Resultado Geral	100.00	375.97	175.11	629.48	173.24	64.56

Fonte: Balanco do Estado

ILUSTRAÇÃO 80

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Quadro Resumo - Demonstração de Resultado 1982/1987
Administração Direta
Em Valores a Preços de Dez 87 (Cz\$ 1000)

Itens/Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1.Receitas Correntes	118636237.7	96473746.3	92855901.6	110243891.6	130408162.6	119561937.8
2.Despesas Correntes	101125983.3	74701752.6	98943368.2	113270347.0	132530319.4	100976277.1
3.Resultado Corrente	6510254.4	1773793.7	1912511.4	-3627255.4	5477843.2	18585640.4
4.Receitas de Operac.Cred.	32831000.2	13514125.0	26537464.8	21775941.4	33471868.2	42541999.2
5.Despesa de Operac.Cred.	22665972.6	3537392.1	31039100.4	75176915.8	43117182.3	50372955.0
6.Resultado Operac.de Cred.	10165107.6	-2006267.1	4501635.6	-5340974.4	-9645314.1	-7830055.8
7.Recull.Corrente+Oper.Cred.	16675362.0	-24290473.4	-2589094.2	-56420229.0	-4167470.9	11155584.6
8.Investimentos e Repasses	28398646.8	1785863.0	17940060.6	16312463.0	16142500.3	18723661.0
9.Receita Total	143469283.4	109991944.7	119395399.2	132019047.2	171480030.8	162502937.0
10.Despesa Total	155192488.2	154069231.9	139924554.0	204759740.0	191790002.0	170072213.4
11.Resultado Geral	-11723204.8	-44076337.2	-20529154.8	-72740692.8	-20309771.2	-758276.4

Fonte: Balanço do Estado
 não inclui serviços

ILUSTRACAO B1

Diagnostico do Setor Publico no MES

Indicadores - Demonstracao de Resultado 1982/1987

Administracao Direta
Em Percentagem

Itens\Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Deficit s/RT	-8.2	-46.1	-17.2	-55.1	-11.8	-4.7
2. Deficit s/RC	-10.6	-45.7	-22.1	-66.0	-14.7	-6.3
3. Deficit Corr. s/RC	5.9	1.0	2.1	-2.7	4.0	15.8
4. Deficit s/DI	-7.6	-23.6	-14.7	-35.5	-10.6	-4.5
5. Deficit s/DC	-11.3	-46.5	-22.6	-64.2	-15.3	-7.5
6. Def. Oper. Cred. s/RT	31.0	-192.9	-17.0	-245.2	-23.8	-18.4
7. Deficit Corrente s/rt	4.5	1.6	1.6	-2.3	3.2	11.7
8. Deficit Operc. Cred. s/RT	7.1	-23.7	-3.0	-40.4	-5.6	-4.0
9. Investimentos s/DI	18.3	12.8	12.8	8.0	8.4	11.0
10. Investimentos s/RT	19.8	18.0	15.0	12.4	7.4	11.5
11. Investimentos s/RC	25.7	26.5	19.3	14.8	11.7	15.6

Fonte: Balanco do Estado

ILUSTRACAO 83

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Evolucao da Despesa de Pessoal da Administracao Direta, das Autarquias e Fundacoes 1970/1986
Administracao Direta

Valores a Preços de Dez 87 (Cz\$ 1000)

Anos	Desp. Pessoal Adm. Direta	Encarg. Pessoal c/ Pessoal	Desp. Pessoal Adm. Indireta	Desp. Pessoal Setor Governo	Contr. do Tes. Pes. Adm. Dir.	ICM Liquido Arrecadacao
70	24323679.0	26745363.0	2849840.0	27172719.0	2421681.0	31949240.0
71	27932702.5	30090553.0	3497903.0	31420635.5	2157770.5	36177644.0
72	28426246.0	30262948.6	2440151.4	30866657.4	1836402.6	37482736.0
73	35054215.2	37377001.6	4335249.6	39389464.8	2342786.4	45070441.0
74	35998335.8	38264203.6	2981405.0	38979740.8	2265067.8	47617257.0
75	43991438.4	46587785.4	6830339.8	50821028.2	2596347.0	53364916.8
76	46133650.5	49113056.5	7542800.0	53676450.5	2979406.0	49631624.0
77	44985517.8	47848773.5	8120272.0	53105790.6	2863255.8	55671479.4
78	49162460.0	52900180.0	10107100.0	59269560.0	373720.0	55927542.5
79	52278407.4	56180331.4	10432782.3	62711271.7	3901842.0	58963796.5
80	53695237.2	59185593.8	10870207.6	64565444.8	5410356.6	60003870.4
81	57478200.0	63647326.8	11907567.1	69385767.1	6169326.8	62656396.3
82	64964525.4	7223114.2	14493084.3	79457609.7	7288588.8	66228941.7
83	61537327.2	67910610.7	12766747.4	74504074.6	6373483.5	58344883.6
84	60999338.4	66603167.4	11023874.4	72023212.8	5603029.0	59652424.6
85	70473398.0	77388777.6	10027236.6	78271649.6	6890379.6	68636033.4
86	86104546.9	95646684.4	14085084.0	97023216.7	9542137.5	83711678.0

Fonte: Balanco do Estado

ILUSTRAÇÃO 64

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Evolução da Despesa de Pessoal da Administração Direta, das Autarquias e Fundações 1970/1986
 Administração Direta
 Em Percentagem (1970=100%)

Anos	Desp. Pessoal Adm. Direta	Encarg. Pessoal c/ Pessoal	Tesouro	Desp. Pessoal Adm. Indireta	Desp. Pessoal Setor Govern.	Contr. do Tes.	ICM Líquido
70	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
71	114.0	112.5	112.5	122.4	115.6	89.1	113.4
72	116.5	113.2	113.2	85.6	113.6	75.0	117.5
73	144.1	139.0	139.0	152.2	145.0	76.7	149.8
74	148.0	143.1	143.1	104.6	143.5	93.6	145.2
75	100.7	174.2	174.2	239.7	187.0	107.2	167.2
76	189.7	183.6	183.6	264.7	197.5	123.0	155.5
77	184.9	170.9	170.9	285.0	195.1	110.2	174.5
78	202.1	197.0	197.0	354.0	210.1	154.3	175.3
79	214.9	210.1	210.1	366.2	230.0	161.1	170.5
80	220.8	221.0	221.0	381.5	237.6	223.4	190.6
81	236.3	230.0	230.0	418.0	255.4	254.8	196.4
82	267.1	270.2	270.2	500.7	292.4	301.0	207.6
83	253.0	253.9	253.9	455.1	274.2	263.2	132.0
84	250.0	249.0	249.0	386.9	265.1	231.4	183.0
85	209.0	209.4	209.4	352.0	200.1	224.5	215.1
86	354.0	357.6	357.6	494.4	357.1	394.0	262.3

Fonte: Balanço do Estado

ILUSTRACAO 85

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Quantidade de Servidores Civis Ativos e Inativos 1976-1986
 Administracao Direta
 Em Milhares

Ano	Ativos	Ativos	Ativos	Inativos (3)	Pensionistas (4)	Personal
Executivo (1)	Leg. + Judic. (2)	Total (1+2)				Total (1+2+3+4)
1976	89743	4862	94605	12752	2712	110069
1977	75611	5071	100682	13237	2743	116662
1978	97921	5159	103080	14242	2736	120058
1979	102351	5231	107782	15328	2829	125739
1980	106280	5402	111765	16291	2871	130927
1981	110928	5810	116738	17741	2959	137438
1982	116670	6507	123177	19231	3126	145534
1983	120224	6870	127094	20271	3236	153401
1984	122991	7514	130505	26359	3610	160474
1985	118406	7800	126206	29679	4782	160669
1986	114972	8326	123298	31938	4975	160211

Fonte: Financas do Estado